



ATA N.º 2/2016

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

PONTO 2 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – ANO DE 2015;

PONTO 3 – LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO Nº 5/SC/2016. Para conhecimento;

PONTO 4 - LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº 6/SC/2016. Para conhecimento;

PONTO 5 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA, TINTEIROS E OUTRAS DESPESAS – ANO LETIVO DE 2015/2016. INFORMAÇÃO DDSC Nº 2/SE/2016;

PONTO 6 - EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A”. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA. APTROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA. PROPOSTA Nº 20/GAP/2016;

PONTO 7 - PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM., S.A. PROPOSTA Nº 28/GAP/2016;

PONTO 8 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº 12/DGF/2016;

PONTO 9 – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 27/GAP/2016;



PONTO 10 – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO A JUNATS DE FREGUESIA, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE IMPORTÂNCIA LOCAL; - APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA Nº 29/GAP/2016;

PONTO 11 – PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 25/GAP/2016;

PONTO 12 – PEDIDO DE CEDÊNCIA, A TÍTULO DEFINITIVO, DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE PARADELA DE MONFORTE. – PETICIONÁRIA: JUNTA DE FREGUESIA DE PARADELA DE MONFORTE. PROPOSTA Nº 30/GAP/2016;

PONTO 13 – CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI AO ABRIGO DO ARTº 71º DO EBF. REQUERENTE: VALDEMAR ANTÓNIO VIDEIRA. LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA Nº 133 – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 234/09 – REQUERIMENTO Nº 207/2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 38/DSCH/2016;

PONTO 14 - CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI AO ABRIGO DO ARTº 71º DO EBF. REQUERENTE: ALBINO FONTOURA DA CUNHA. LOCALIZAÇÃO: RUA DE SANTO ANTÓNIO Nº 20, 22 E 24 – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 200/14 – REQUERIMENTO Nº 1686/2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 39/DSCH/2016;

PONTO 15 - CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI AO ABRIGO DO ARTº 71º DO EBF. REQUERENTE: JOÃO CHAVES BRANCO. LOCALIZAÇÃO: RUA DO SABUGUEIRO Nº 17 – UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES PROCESSO Nº 55/15 – REQUERIMENTO Nº 239/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 40/DSCH/2016;

PONTO 16 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ DE CHAVES. ANO DE 2015;

Feita a chamada verificaram-se 77 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.

Suspenderam o mandato:

Maria Manuela Pereira Tender

António Manuel Santana Abelha

João Miranda Rua

Cláudia Patricia Quitério Bento

José Carlos Matos Conceição



João Luís Gonçalves Rodrigues
Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues
José António Trindade Mendes

Faltaram:

Carlos Afonso de Moura Teixeira
Ilídio Jorge Chaves Correia

Antes do início dos trabalhos foi lido, pelo Primeiro Secretário da Mesa, um voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, que se transcreve:

“Falecimento de Ana Maria Pires Pereira Alves (28 de Outubro de 1965 – 9 de abril de 2016.

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em sessão ordinária manifesta profundo sentimento de pesar pelo falecimento de Ana Maria Pires Pereira Alves, natural de Chaves.

Foi com profundo sentimento de pesar que esta triste notícia foi recebida na comunidade, sendo a consternação a face mais visível desta perda.

A Ana Maria estudou no Liceu Fernão de Magalhães, onde ainda hoje é lembrada com carinho e com saudade.

A Ana Maria tirou o curso de radiologia na Escola Superior de Tecnologias de Saúde no Porto, no ano de 1987 e, posteriormente, a licenciatura em Radiologia, no ano de 2011, na mesma Escola.

Iniciou as suas funções como Técnica de Radiologia no Hospital de Chaves, no dia 1 de Agosto de 1987.

Exerceu também a sua atividade no antigo consultório de Radiologia do Dr. João Moraes Sarmiento – Santa Casa da Misericórdia, durante aproximadamente 15 anos.

Os seus colegas de profissão e demais colaboradores da instituição Hospital de Chaves são testemunho de um alto nível de dedicação e entusiasmo que a Ana Maria colocou nas suas tarefas e atividades ao longo dos quase 29 anos de percurso profissional.

A Ana Maria era uma pessoa simples e de fácil relacionamento.

Demostrou sempre carinho, atenção e simpatia com as outras pessoas, colegas de profissão, com outros profissionais e sobretudo com os utentes que ao serviço de radiologia do Hospital de Chaves recorriam.

Todos nós em geral como amigos, conhecidos ou simplesmente como utentes, perdemos uma excelente pessoa, uma ótima profissional de saúde.

Quem com a Ana Maria privou, confraternizou ou trabalhou, tem já muitas saudades.

Resta-nos olhar para o céu, agora muito mais iluminado com a chegada desta estrela e reviver, com emoção, muita emoção, momentos que muitos de nós tiveram a sorte de conhecer e conviver com a Ana Maria. A Ana Maria fica na nossa memória como uma mãe extremosa (do Diogo e do Nuno), esposa dedicada (do Vereador Paulo Alves) pessoa amiga e solidária.

À sua família, aos seus amigos, a todos quantos a conheceram e estimaram, a Assembleia Municipal de Chaves expressa profundas condolências.

Ana Maria, Descanse em Paz”. Assembleia Municipal de Chaves, em 13 de abril de 2016. O Grupo Municipal do PSD”.

Em seguida foi guardado um minuto de silêncio.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Pelo segundo Secretário da Mesa foi lido também um voto de congratulação ao atleta João Garcia Pereira Oliveira, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que se transcreve:

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em sessão ordinária, congratula-se com a vitória, no passado sábado, 9 de abril, pelo segundo ano consecutivo, na Ultramaratona italiana Milano-Sanremo, do atleta flaviense João Oliveira, reconhecendo e enaltecendo o resultado alcançado, motivo de orgulho para os flavienses e para todos os portugueses e merecedor do reconhecimento e gratidão dos seus concidadãos.

João Oliveira liderou grande parte da terceira edição da prova italiana de 285 km, revalidando o título e sagrando-se bicampeão, batendo de novo o record da prova.

Em 2015, o ultramaratonista natural de Chaves acabou a prova em 30 horas e 14 minutos. Este ano acabou o trajeto após vinte e nove horas e oito minutos, sendo o único atleta a chegar à meta em menos de trinta horas.

Este feito evidencia, mais uma vez, a qualidade e o mérito desportivo de João Oliveira, já reconhecido pelo Município de Chaves com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro.

As vitórias do atleta flaviense mostram que com muito trabalho, coragem, determinação, resiliência, perseverança e dedicação se consegue superar os obstáculos e as dificuldades e trilhar o caminho que conduz ao sucesso, ao êxito e ao reconhecimento e constituem também um exemplo e um estímulo para os nossos jovens.

A Assembleia Municipal de Chaves associa-se, deste modo, ao sentimento de reconhecimento nacional por esta vitória, já expresso por Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa em mensagem endereçada ao atleta, saudando o flaviense João Oliveira pela excelente demonstração do seu valor desportivo e pela forma como dignificou Portugal e o seu desporto, contribuindo para a projeção internacional da cidade de Chaves, da região e do país e para a notoriedade desta modalidade desportiva e escrevendo mais uma brilhante página da meritória história do desporto nacional. Assembleia Municipal de Chaves, em 13 de abril de 2016. O Grupo Municipal do PSD”

A Assembleia aceitou a entrada deste voto.

Usou da palavra o Senhor deputado **Nuno Vaz Ribeiro** do **PS** que depois de cumprimentar os presentes disse registar a oportunidade desta proposta de voto de congratulação e também o mérito que a mesma encerra.

Estamos a dar ênfase e nota pública de mais uma vitória, mas sobretudo de uma carreira cheia de muitas vitórias, de muitos êxitos desportivos, de um flaviense de gema, que faz gala de ser flaviense, mostrando que é de Chaves, com muito orgulho. Temos um distinto flaviense já homenageado pela autarquia com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro – e pela nota do Senhor Presidente da República às suas vitórias; é um reconhecimento que orgulha todos os flavienses e o concelho.

Perguntou se por parte da Câmara tem havido algum apoio à atividade desportiva praticada pelo atleta João Oliveira.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e informou que na sequência da vitória que o atleta João Oliveira teve na ultramaratona de 2015, foi



agraciado pela Câmara Municipal com a Medalha de Mérito – Grau Ouro. Nunca lhe foi atribuído qualquer apoio económico, porque o atleta nunca o pediu.

Esta proposta de voto de congratulação foi aprovada por unanimidade.

Em seguida usaram da palavra os seguintes deputados:

Anselmo José Martins do PS – depois de cumprimentar os presentes disse ter vindo a ouvir algumas queixas de cidadãos flavienses, nomeadamente em relação aos arruamentos e passeios e ainda à fatura da água.

“Dizem que temos arruamentos e passeios de má qualidade e que a fatura da água é muito elevada em face do que consomem. Estas três queixas são persistentes e alguns dizem que ouvem desculpas de que acontece porque a situação financeira da Câmara não tem folga suficiente para melhorar, quer a qualidade dos arruamentos, quer a qualidade dos passeios, quer para baixar o preço da fatura da água que sabemos inclui também a recolha do lixo e o saneamento.

Provavelmente quem dá a desculpa da situação financeira da Câmara não diz quais as razões que levaram a isso. A razão foi de opções políticas e o executivo anterior meteu-se em obras para as quais foi necessário muito dinheiro em particular uma que é denominada de sorvedouro de dinheiro; património edificado que, como sabem, tinha como objetivo a instalação da Fundação Nadir Afonso e de todo o espólio do Mestre. Esse objetivo caiu porque uma das partes denunciou o acordo, unilateralmente, e teve de se arranjar uma nova função para aquele espaço que agora se chama “Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso”. Para lhe dar viabilidade foi aprovado neste Fórum um protocolo com essa Fundação, que à época fiz questão de dizer que era altamente benéfico para a Fundação e muito pouco para o erário municipal.

Pergunto: vai a entidade Nadir Afonso cumprir o protocolo a que se comprometeu mesmo sendo-lhe altamente vantajoso?

Aquele património edificado vai ficar adstrito unicamente à função de Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso ou irão funcionar ali outros serviços da Câmara Municipal, estranhos à função de Museu?

Para quando a abertura do investimento que sorve tanto do erário municipal?

As pessoas perguntam-se como é possível que um investimento na ordem dos cerca de onze milhões de euros não seja usufruído por ninguém.

Pergunto ainda ao Senhor Presidente da Câmara para quando está prevista a abertura do espaço em frente ao Tribunal que o povo já apelidou de praça vermelha?”

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves do PS – Cumprimentou os presentes e em seguida referiu as várias associações do concelho.

“O Partido Socialista, desde 2001, tem vindo a criticar a proliferação e depois o decesso de uma estratégia que os sucessivos executivos PSD adotaram de ir delegando em entidades privadas, seja sob a forma de associação, seja de empresa, funções que, na nossa perspetiva socialista, não deveriam ter saído do leque de competências diretas da Câmara Municipal. Desde as atividades económicas, passando pela cultura, pelo apoio social, fomos assistindo, ao longo dos anos, a uma dinamização aparentemente privada, mas que de privado essas entidades pouco têm.

O PS criticou desde sempre este tipo de política, em primeiro lugar porque entendemos que a cultura, a ação social e a área da juventude devem pertencer à



estratégica política de uma autarquia. Depois porque delegar estas funções em entidades aparentemente privadas, mas que depois só funcionam com verbas e com dinheiro público, não permite a um órgão democrático e político, como este, sancionar/debater, de que forma é gasto esse dinheiro, para que efeito, como são contratualizados os recursos humanos, como é gerido o equipamento dessas entidades, sendo que, na maioria das situações, essas entidades acabam por vir ocupar património edificado, que é público.

Lembre-mos do que tem sido o percurso da Associação Voz da Juventude, da Associação Chaves Social e da Associação Chaves Viva. Esta última entidade foi criada em 2004, ocupou o Centro Cultural de Chaves, tinha uma série de objetivos com a cultura; objetivos que, do nosso ponto de vista, foram de alguma forma erráticos, conforme o PS tem vindo a apontar ao longo destes anos, considerando-os uma falta de estratégia na política cultural. Não vamos fazer a análise do que foi a estratégia cultural destes doze anos mas vamos questionar os porquês do decesso desta entidade que, aparentemente está insolvente; sobrevivia com dinheiros públicos. Ainda no ano de 2015 recebeu cinquenta mil euros de transferência da Autarquia e também recebeu verbas através da EHATB.

Dos oitenta e um associados que a Chaves Viva tinha desconheço os que eram privados mas sei que a sua grande maioria eram entidades públicas, designadamente a Câmara Municipal que durante vários anos exerceu funções na Direção. Não só por esta via, mas sobretudo pela via dos dinheiros públicos, com os quais esta associação exercia a sua atividade, creio que se impunha que antes desta Assembleia tivesse sido feito um esclarecimento público acerca do que aconteceu e porque chegámos aqui. Esse esclarecimento não veio em nenhum órgão de comunicação social, não está dado no site da Câmara e não consta no blog da entidade "Chaves Viva", que continua ativo on line. O Partido Socialista quer debater o que se passa com o associativismo municipal e com a política cultural deste concelho.

Convidamos todos a esta reflexão e façamo-la numa Assembleia marcada para o efeito. Hoje traz-me aqui a situação específica da Chaves Viva mas há mais situações. Não importa saber apenas o que se passou até aqui. Importa também perceber o que se vai passar daqui para a frente.

A Câmara Municipal tinha esta entidade como parceira para o desenvolvimento da ação cultural no concelho e a partir de agora vai fazê-lo diretamente? Ou vai fazê-lo por intermédio de outros parceiros? Esses parceiros são associações, sociedades, empresas?

Ao Partido Socialista, quer em termos pessoais, quer em termos políticos, nada nos move pessoalmente em relação às pessoas que compuseram a Chaves Viva e as demais associações. Não é o mérito ou demérito da ação que desenvolvem. É a estratégia, o princípio, é a política. Estas coisas são sérias e se queremos discutir o concelho com seriedade temos de ser sérios nessa discussão.

Não sei se é do conhecimento público que a Academia de Artes de Chaves é uma empresa privada. Não é uma associação pública. Das associações ainda podemos dizer que não tem fins lucrativos, o mesmo não acontece de uma sociedade por quotas, porque o que as sociedades por quotas prosseguem é o lucro.



A Senhora D. Maria Antónia C. Chaves Esteves pediu a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse:

Estou aqui porque fui mencionada na qualidade de Presidente da Associação Chaves Viva, para esclarecer que ainda não foi tomada qualquer resolução relativamente à insolvência da mencionada Associação. Neste momento está a efetuar-se no Tribunal a reunião de credores. A situação de insolvência ainda não foi declarada e, por essa razão, não podia ser explicada publicamente.

Fui eu, na qualidade de Presidente da Associação Chaves Viva que pedi a sua insolvência. A Câmara Municipal de Chaves deixou de ser associada há já dois anos. Enquanto a Autarquia foi associada fez atividades e prestou contas públicas que foram enviadas à Câmara e podem ser consultadas na Associação. Há dois anos para cá a Associação apenas prestava serviços que eram pagos de acordo com o serviço prestado, pela entidade que os contratava. A Associação foi criada para divulgar as artes e ofícios da região flaviense; trabalhava para o público e nestes dois anos prestou muitos serviços voluntários, por sua iniciativa.

A insolvência foi pedida porque havia uma funcionária que terá sido despedida há mais de quatro anos; antes do meu mandato. Segundo a equipe que estava na Direção antes de mim, a referida funcionária terá sido despedida por justa causa. Eu já acompanhei o decurso do processo em Tribunal, que efetivamente decretou a justa causa, mas houve aqui uma falha. A Senhora estava a amamentar e não houve o cuidado de comunicar à ACT esse facto. Apesar de ter sido decretada a justa causa a funcionária foi mandada reintegrar e foi eu como Presidente da Associação que a reintegrei. O Tribunal mandou que se pagasse à Senhora um valor de quinze mil euros, resultante da diferença de vencimento. A referida funcionária foi contratada como TOC e recebia como administrativa.

A Associação Chaves Viva não concordou com esse valor e recorreu em Tribunal porque não tinha como pagar. Tentou-se chegar a acordo com a Senhora para não acabar com a Associação e também porque estavam em causa outros funcionários que a Associação tinha, aos quais quero agradecer e reconhecer publicamente o trabalho prestado, que foi de excelente qualidade.

A Câmara deixou de transferir dinheiro porque deixou de ser associada mas pagava os serviços que a Associação lhe prestava.

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves do **PS** – agradeceu os esclarecimentos prestados pela Senhora D. Antónia Esteves, a genuinidade de sua intervenção e os quatro anos voluntariosos que prestou ao serviço do município e da cultura.

Algumas das coisas que a Senhora D. Antónia Esteves veio aqui dizer clarificaram um pouco a situação mas isso ainda justifica mais os esclarecimentos que devem ser dados por quem de direito. Reforça também a nossa preocupação com os postos de trabalho das pessoas que referiu e que foram para o desemprego. Sei que existem credores desta Associação que são empresas do município e por essa razão, em termos de créditos, não estarão em causa apenas os quinze mil euros referidos. Também não quero acreditar que o pedido de insolvência foi pedido para se furtar a um pagamento que foi determinado pelo Tribunal, cujo processo desconheço.

Quero saber porque é que a Câmara deixou de ser sócia da Associação. Apesar de não ser sócia há dois anos, em 2015 ainda lhe transferiu cinquenta mil euros e



recordo que já em 2016 a Chaves Viva ainda fez o Encontro de Janeiras, fez a participação na Feira Sabores de Chaves, organizou o Concerto dos Perfume, apoiou a peça de teatro Ratoeira, organizou a exposição coletiva de fotografia e pintura Afinidades. Não sei se estas atividades foram pagas e, se foram, em que modalidade. Se nos últimos dois anos prestou serviços pergunto se foi feito algum contrato de prestação de serviços entra a Chaves Viva e a Autarquia. Foi ao abrigo desse contrato que foram transferidos os cinquenta mil euros em 2015?

Parece-me que o Município deve à Senhora D. Antónia Esteves um reconhecimento e deve-nos a todos muitas explicações. Gostava de saber qual a média anual de erário público que era transferido para esta entidade.

A Senhora D. Maria Antónia C. Chaves Esteves respondeu à Senhora deputada Brigitte Bazenga dizendo que os credores da Associação Chaves Viva são apenas a funcionária em questão, a Gráfica e a Traz música. Não há entidades públicas credoras.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – cumprimentou os presentes e disse que a CDU, não no estilo nem num ou noutro pormenor, mas no essencial subscreve, quer as preocupações levantadas pelo Senhor deputado Anselmo Martins, quer as que foram levantadas pela Senhora deputada Brigitte.

É difícil entender, se ao longo dos anos houve um movimento de tantos milhares de euros, seja uma indemnização de quinze mil euros que leva à sua insolvência.

Estamos em abril e vamos celebrar o quadragésimo aniversário da aprovação da Constituição. Na sequência do “25 de Abril” fizemos conquistas interessantíssimas, nomeadamente no ensino, na saúde, nos apoios e nos direitos sociais, nos direitos da infância e nem sempre tivemos essa consciência. Esta crise, com aquilo que perdemos, mostrou o muito que tínhamos conquistado num período tão curto e é bom salientar que às vezes é preciso perder, para perceber a riqueza que tínhamos. Essa riqueza correspondeu em muito a uma forma de redistribuir a riqueza do país; deixou de ser apenas para os mais ricos, por diversos mecanismos de investimento social do estado na saúde, na educação e na segurança social. Através da taxação dos impostos foi possível uma redistribuição da riqueza e o nível de vida da generalidade da população portuguesa deu um enorme salto. Pode dizer-se que estamos a pagar resgates por essa razão mas eu refiro os últimos acontecimentos que trazem à luz as “offshore”, as fraudes, as corrupções, que mostram que o mesmo país, com as mesmas políticas, se não fosse essa corrupção dos ricos, dos gestores das empresas, dos gestores financeiros, não precisaria de nenhum resgate e estaríamos todos com muito melhor qualidade de vida.

Foi preciso esta crise para percebermos a importância da Constituição da República que defende os mais humildes, que combate as assimetrias sociais, as assimetrias geográficas e criou uma teia jurídica que defende as populações e permite consolidar tudo o que foi ganho. Tradicionalmente esta Assembleia Municipal realiza-se mais próximo do dia “25 de Abril” e apesar de este ano isso não acontecer, não posso deixar de salientar tudo isso.

Nesse contexto a jornadas parlamentares do Partido Comunista tiveram lugar nos Distritos de Vila Real e Bragança. É notável que um Partido que não consegue eleger ninguém nestes dois distritos, não desista de vir cá, de auscultar as pessoas, de ir aos hospitais, às universidades, de ir à casa do Douro, falar com as comissões dos



baldios, com os pequenos agricultores e propor soluções. Os outros partidos que têm eleitos na região e tem muito mais deputados na Assembleia da República não fizeram nada de parecido nos últimos anos.

Tive a possibilidade de acompanhar a delegação de deputados do PCP à unidade hospitalar de Chaves que deixou algumas mensagens importantes, nomeadamente: que a situação da saúde a nível nacional, no Centro Hospitalar e ainda mais no Hospital de Chaves, em termos de degradação dos equipamentos, é assustadora; há um conjunto de equipamentos que precisa de ser repostos com urgência. Há a promessa da Administração atual, que pela primeira vez tem uma postura distinta quer perante as populações, quer perante os profissionais do hospital e nós esperamos que a boa vontade que tem sido manifestada, se concretize em obras de recuperação dos recursos humanos e das estruturas de trabalho da unidade hospitalar de Chaves.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD** – cumprimentou os presentes e referiu a Moção apresentada, pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na sessão anterior da AM, sobre o estado de conservação das estradas e das ruas da cidade e os comentários proferidos nas redes sociais.

“Sobre esse assunto o Líder da bancada do PS publicou no Facebook, no próprio dia da Assembleia, o seguinte e passo a citar: «fiquei hoje a saber que o Presidente da Câmara de Chaves é de opinião que as ruas da cidade e as estradas do concelho não estão “ assim tão más”. Fiquei sem saber se o problema é de avaliação da realidade ou de “miopia”, a precisar de avaliação oftalmológica».

Na minuta da ata dessa sessão, na página 26 - 3º parágrafo – o Senhor Presidente da Câmara diz: «efetivamente os arruamentos, quer os da zona urbana da cidade, quer as estradas municipais não estão bem. Mas a verdade é que também não estão tão mal como o Partido Socialista refere». No 3º parágrafo da página 27, do mesmo documento, o Senhor Presidente da Câmara diz: «os arruamentos da cidade de Chaves não estão em bom estado de conservação, é um facto». No final da página 30, do mesmo documento, o Senhor Presidente da Câmara refere: «disse ter iniciado a sua intervenção dizendo que os arruamentos do concelho estão mal. Nas intervenções subsequentes dá a ideia que não reconheci isso. Reconheci que os arruamentos urbanos da cidade e Vidago não estão bem. O que eu disse foi que os arruamentos urbanos das nossas aldeias estão bem e que as vias municipais aos vários pontos do território não estão bem».

Gostaria que, quer o Senhor deputado Nuno Vaz, quer o Senhor Presidente da Câmara nos esclareçam sobre o assunto.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – usou o direito de resposta para dizer que a questão que foi colocada já foi respondida pela leitura da ata. Disse ainda que se dúvidas houvesse sobre a posição do PSD, foi a posição que manifestou contra a moção. “É porque as estradas do concelho estão muito boas senão tinham aprovado a moção”.

Manuel Guerra Afonso do **MAI** – cumprimentou os presentes e manifestou a sua satisfação por terem sido removidas as antigas lombas da estrada de Casas dos Montes e que nessa via, só no sentido ascendente, há treze buracos e pediu que fossem reparados. Disse ainda:

“O que hoje me traz aqui hoje é o Regulamento sobre ovinos e caprinos.



Temos um regulamento municipal sobre canídeos que à partida diz como é que os animais podem andar. Na minha área de residência é degradante. Há dias e permitam-me a expressão, em que a “canzoada” é tanta que é muito complicado para os automobilistas caso tenham o azar de atropelar um cão. Provavelmente são animais que não tem dono e serão os automobilistas que terão de suportar os prejuízos. Também não é uma visão agradável para os que nos visitam e sobretudo pelo lixo que deixam espalhado junto aos contentores. Faça-se cumprir o regulamento.

Os pastores de gado ovino e caprino só não entram com os seus animais nalgumas casas, porque a porta está fechada. É uma questão de mentalidade, uma questão cultural, mas acima de tudo é, também, uma questão de caráter legal. Suponho que a Câmara Municipal pode elaborar um regulamento que defina por onde podem ou não podem passar.

Segundo sei, a legislação que existe a nível nacional é muito ambígua e cria algumas limitações à atuação das forças policiais. Não estou preocupado com a questão dos campos. Estou preocupado com uma questão de salubridade e saúde pública porque não podemos esquecer que a proximidade das habitações pode contribuir para que a brucelose nos chegue à porta e penso que será melhor prevenir do que remediar.

Nas localidades de Valdanta e Soutelo, que são as que melhor conheço, ouço algumas queixas das populações sobre os topónimos das ruas. Há situações em que na mesma freguesia existem duas ruas com o mesmo nome. Exemplo: em Valdanta existe a Rua da Lage e no Cando também; existe a Rua Outeiro Machado em Valdanta e a Rua Outeiro Machado em Soutelo. Penso que os critérios usados não foram os mais corretos e esta situação cria problemas aos carteiros e às pessoas.

Gostaria de saber quanto é que a Câmara de Chaves paga à Junta de Freguesia de Soutelo pela água que recebe das captações que foram construídas ao longo de décadas, pela população”.

José Pimentel Sarmiento do PSD – depois de cumprimentou os presentes referiu-se a questões de política, de âmbito nacional.

Passaram cinco meses desde que o governo do Partido Socialista tomou posse com o apoio parlamentar da CDU e do Bloco de Esquerda.

Todos estes partidos fizeram fortes críticas à política de saúde do anterior governo, com as quais, em muitos dos casos concordamos, por não aceitarmos a degradação dos cuidados de saúde no Hospital de Chaves. Muitos dos membros desta Assembleia manifestaram-se pelos mesmos motivos, embora com sugestões diferentes, mas que visavam a melhoria dos cuidados na área da saúde. Passados estes cinco meses interrogo-me sobre o que já foi feito por este governo. O Dr. António Costa prometeu grandes alterações nesta área se fosse Primeiro – Ministro. Eu sei que ainda lhe concedemos o estado de graça mas começa a ser tempo de se vislumbrarem sinais de mudança e de melhoria nos cuidados de saúde, tanto mais que em dezembro, o Secretário de Estado da Saúde, nosso conterrâneo, nos deixou palavras animadoras e de garantia que iria haver mudanças e o reforço dos meios humanos, com mais médicos e enfermeiros.

A minha intenção não é criticar por criticar mas sim não deixar morrer a esperança e que tudo fique como antes. Este Conselho de Administração e o Governo até à data não fizeram nada para melhorar a prestação dos cuidados de saúde das populações



do Alto Tâmega. Os recursos humanos são os mesmos, não houve qualquer investimento, nomeadamente no bloco operatório e na substituição do material de radiologia que está avariado. Falta material de apoio nas urgências, nas enfermarias e no bloco operatório; falta, inclusive, um simples fio de sutura que já obrigou ao adiamento de intervenções cirúrgicas e foi motivo de notícia nos meios de comunicação social.

Ainda temos alguma esperança que as coisas possam mudar se houver vontade política. Se assim não for cá estaremos para defender o Hospital e as populações desta região como sempre fizemos, contra tudo e contra todos.

Tive conhecimento que o Senhor deputado Manuel Cunha, ilustre e destacado dirigente da CDU, aceitou o convite para desempenhar a honrosa função de subdiretor clínico do Hospital de Chaves. Como conhecedor da degradação e do estado do nosso Hospital esperamos que faça ouvir a sua voz na defesa da região e faço votos para que seja bem-sucedido nesta nobre função. Se assim for contará com o meu apoio em defesa da região que nos viu nascer.

Espero que tenha avaliado bem toda a situação e tenha garantias que vai mesmo ajudar a melhorar a prestação de cuidados de saúde no Hospital de Chaves pois como político conhecedor e experimentado, não posso esperar outra coisa do Senhor.

Quero deixar um reconhecimento aos funcionários da Associação “Chaves Viva”. Trabalhei algumas vezes com eles e devo dizer que eram excelentes profissionais. Lamento o que aconteceu e reconheço que a Associação prestou relevantes serviços à comunidade.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

O Senhor deputado Anselmo Martins referiu os arruamentos da cidade apelidando-os de “arruamentos fraquíssimos”. Eu pergunto são todos, são alguns ou é a maioria? É que aí pode haver alguma divergência na análise.

Vou repetir aquilo que o Senhor deputado Nelson Montalvão já aqui referiu, e que foi o que eu disse na sessão da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro passado, quando foi colocada a questão dos arruamentos através de uma moção do Partido Socialista.

«Efetivamente os arruamentos, quer os da cidade, quer as estradas municipais não estão bem, mas a verdade é que também não estão tão mal como o Partido Socialista diz». Na avaliação feita pelo PS, de um lado lê-se de uma forma relativa e no outro lê-se de uma forma absoluta. Nós devemos fazer sempre a mesma análise; não é relativa de um lado e absoluta do outro. E mais à frente, na segunda intervenção é dito e repetido «os arruamentos da cidade de Chaves não estão em bom estado de conservação. É um facto». Numa terceira intervenção é dito ainda «...disse (eu) ter iniciado a sua intervenção dizendo que os arruamentos do concelho estão mal (estou a ser citado)». Nas intervenções subsequentes do Partido Socialista dá a ideia de que eu não reconheci isso. Reconheci que os arruamentos urbanos da cidade e da Vila de Vidago não estão bem. Repeti três vezes que não estão bem e disse uma vez que não estão assim tão mal, situação que levou a ser apelidado de sofrer de miopia. As três vezes que reconheci que não estão bem foram



relativizadas/ignoradas. Em política temos de merecer a confiança das pessoas e para merecer essa confiança temos de ter credibilidade e falar a verdade.

Também é verdade que alguns passeios não estão tão bem como é desejável. Temos uma candidatura aprovada, a nível da unidade de gestão do Norte 2020, através do Programa PEDU, que prevê que até 2020 possamos investir cinco milhões e duzentos mil euros para melhorar a mobilidade na cidade, que incluirá o Centro Coordenador de Transportes, passeios e passadeiras. É um programa que está formatado para a cidade e não pode ser estendido ao resto do território.

Efetivamente a fatura da água é elevada mas mesmo assim, em termos comparativos, a água em Chaves é mais barata do que em Vila Real por exemplo, e a sua origem é a mesma. Ambos concelhos compram a água à Empresa Águas do Norte, ao mesmo preço e, apesar de tudo, a Câmara de Chaves consegue fornecê-la a preço inferior ao de Vila Real e a muitos outros concelhos da região norte do país.

Fundação Nadir Afonso/Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso. Não há nada que nos leve a pensar que o Protocolo que foi assinado, não seja cumprido. As obras do Mestre ainda não chegaram porque o edifício ainda não foi entregue, definitivamente pelo empreiteiro. Falta fazer os ensaios das máquinas de aquecimento que funcionam com gás natural e este ainda não foi ligado, prevendo-se que o seja a breve trecho. Após a receção definitiva da obra a Fundação começará a colocar as obras no Museu para que se organize a primeira exposição. Ficará em depósito algum do acervo do Mestre Nadir Afonso que é pertença da Fundação.

Não vou arriscar uma data mas logo que esteja concluído o processo de certificação das instalações a exposição será montada e será divulgada a data da sua abertura ao público em que estará presente o Senhor Presidente da República. Isso não invalida que o edifício já esteja a ser utilizado.

Perguntaram se o edifício do Museu seria exclusivamente para exposições. Não é. Os serviços de cultura da Câmara Municipal já estão ali a funcionar e será a partir dali que será feita a programação/desenvolvimento cultural do Concelho de Chaves, no que concerne à Câmara Municipal.

Aproveito para informar que vai ser realizado naquele local o evento “Encontro de Escritores. Ponte ” que vai decorrer no próximo fim de semana. No sábado, dia 16, haverá uma ação dentro desse Encontro de Escritores e convido, desde já, todos os presentes a assistir.

Como sabem é uma ação que decorre do Orçamento Participativo, na sequência de uma proposta apresentada por cidadãos flavienses, que foi votada maioritariamente pelos eleitores. A Câmara Municipal é a principal responsável pela sua execução e tem como colaboradores os dois cidadãos que apresentaram a proposta.

A abertura das Termas Romanas, como sabem, está condicionada pelo problema da condensação de água. Existe uma forte condensação de água, sobretudo no inverno. É uma situação que não foi prevista quer pelos técnicos que elaboraram os projetos, quer pelos técnicos que os apreciaram nem por quem os aprovou. Ninguém fez essa previsão.

A situação é complexa e o estudo de engenharia mecânica está a tentar otimizar entre o custo da instalação e o custo da operacionalidade. Quanto mais sofisticada for a solução mais dispendioso será o seu funcionamento. Haverá, certamente, uma empreitada adicional para se resolver o problema da desumidificação, com recurso a



processos mecânicos uma vez que a ventilação natural passiva preconizada pelos autores do projeto não é suficiente. Haverá a necessidade de colocar bombas que façam circular o ar.

Informo a Senhora deputada Brigitte Raquel que a dinamização cultural do Concelho de Chaves não é feita em exclusivo pela Câmara Municipal. À semelhança do que acontece nos demais concelhos do país, foi e é feita, em cooperação. Existe um número significativo de associações culturais, com as quais podemos cooperar para ajudar a desenvolver culturalmente Chaves. A estratégia cultural dos últimos doze anos já foi sufragada pelos flavienses, por três vezes e, nesse aspeto, estou absolutamente tranquilo porque o que faço é com muito trabalho e muita dedicação.

Entretanto falou-se aqui numa data de equívocos.

O MARC SA não é nenhuma associação. É uma sociedade anónima que herdamos da câmara de gestão socialista em 2001. Quando o PSD assumiu a câmara em 2002 a sociedade estava formatada e o executivo limitou-se a dar-lhe continuidade. Não teve sucesso é verdade. Mas não teve sucesso em nenhum concelho do país onde foram construídos Mercados Abastecedores. Provavelmente foi mal formatado na origem.

A Senhora deputada referiu, mais uma vez, a Voz da Juventude. Não estamos aqui para escrutinar associações de índole absolutamente privada. A Câmara Municipal nunca teve nada a ver com a génese/criação da associação e não é, nem nunca foi, associada da Associação Voz da Juventude. Saudamos a data comemorativa da Constituição da República Portuguesa que diz claramente que os portugueses são livres de se associar. Saúdo todas as boas associações que temos no concelho, sejam de jovens, sejam de índole cultural ou sejam de caráter social. Trabalham em prol do desenvolvimento do Concelho. Que sigam o exemplo da Voz da Juventude.

Sobre a Associação Chaves Social digo rigorosamente a mesma coisa que disse em relação à Associação a Voz da Juventude. A Câmara Municipal não é associada da Chaves Social. Como sabem as instituições públicas não podem ser associadas de uma IPSS porque se assim fosse ela perderia esse estatuto.

Fui a primeira pessoa que idealizou a Chaves Viva e fui o seu primeiro presidente. A Câmara Municipal é sócio fundador da Chaves Viva e foi sua associada até há dois anos. Era um projeto de interesse cultural para o Concelho, que desenvolveu um trabalho altamente meritório ao longo destes anos, na senda da política de cooperação. Teve como ideia de base, uma cooperativa existente em Guimarães que se mantém ativa; fui visitá-la enquanto vereador para perceber como funcionava e implementamos um projeto parecido em Chaves. Em Guimarães como a Câmara é Socialista essa associação tem mérito. Em Chaves, a mesma ideia, numa Câmara Social Democrata, é de demérito.

A Direção da Chaves Viva, na pessoa da sua presidente, já explicou os motivos que levaram ao seu encerramento e nessa qualidade goza de total liberdade para decidir o que entender. Teve o cuidado de ir à Câmara Municipal informar da atitude que ia tomar mas a Autarquia não tinha qualquer poder para reverter essa decisão. Lamento muito que a Chaves Viva tenha acabado, mas não seria um bom princípio, quer do Presidente da Câmara, quer do seu executivo, dizer a esta associação ou a qualquer outra, seja de caráter cultural, desportivo, social ou recreativo, que sempre que



tenham problemas financeiros a Câmara resolve. Essa não seria uma atitude de boa gestão.

A Academia de Artes de Chaves é efetivamente uma sociedade privada de caráter cultural. A Câmara não sabe se tem lucro ou prejuízo porque não escrutina as contas das empresas privadas. Em relação à Academia de Artes escrutina a sua valia cultural que é enorme e faz toda a diferença em relação ao que acontecia antes da sua existência. Posso dizer que a cultura em Chaves foi uma antes da Academia de Artes e é outra completamente diferente, depois da sua existência.

O executivo de gestão socialista tinha destinado o complexo da antiga estação do caminho-de-ferro para instalação de serviços municipais, para ateliês de artes (olaria, carpintaria etc.) para sede de associações e para um museu do comboio, no pavilhão da casa das máquinas.

Quando em 2001 ganhámos as eleições autárquicas o executivo alterou completamente o projeto. Instalamos os serviços no edifício principal, transformamos os ateliês numa sala multiusos de exposições; não fizemos sedes para associações mas construímos o espaço físico da Academia de Artes e construímos este Auditório onde agora estamos. Quando decidimos transformar o projeto numa obra diferente, não tínhamos a mínima ideia de como iria ser gerido, mas tínhamos a perceção que havia necessidades ao nível do ensino da música, de forma a criar grupos e dinâmica. Há duas formas de levar a cultura aos cidadãos. Uma é comprá-la outra é fazê-la. Entendemos que mais importante do que a comprar é ajudar a fazê-la e para isso teríamos de, em primeiro lugar, criar o espaço. Ao criar este espaço foi isso que fizemos.

Havia outras hipóteses em cima da mesa mas aceitamos a ousadia de dois jovens naturais de Loivos, recém-licenciados na área da música, que nos propuseram a gestão do espaço destinado à Academia de Artes e o resultado está à vista. É um resultado que nos enche de orgulho a todos. Temos uma orquestra de sopros no seio desta Academia que tem ganho inúmeros prémios no país e fora dele, temos o projeto “Enraizar-te” e outros, que trouxeram um grande nível cultural a Chaves. Chaves a este nível melhorou muito.

Já me associei aos 40 anos da Constituição da República com o Senhor deputado Manuel Cunha.

Volto a dizer ao Senhor deputado Manuel Guerra Afonso que não temos dotação no orçamento municipal que nos permita reparar todas as ruas e estradas que necessitam de reparação e repito a esta digníssima Assembleia que está aqui para julgar o mandato de 2013/2017. Os Senhores sabem qual foi o nosso ponto de partida, que segundo a bancada do Partido Socialista era de uma dívida superior a sessenta milhões de euros, valor esse com o qual nunca concordei porque não era a realidade. Este mandato iniciou-se em 2013 e eu como Presidente do Executivo não posso estar inibido de atuar pelo facto de ter feito parte de executivos anteriores; o atual Primeiro-ministro, António Costa, fez parte do governo do Eng.º José Sócrates e, nessa altura, aprovou um Plano Nacional de Barragens com o qual hoje não concorda. Quer acabar com ele e tem todo o direito a fazê-lo. No nosso caso é rigorosamente a mesma coisa. Seremos avaliados desde o ponto de partida até ao ponto de chegada e se não temos dinheiro para fazer tudo o que faz falta, vamos lutar para o conseguir. Com o Orçamento de 2016 era impossível concluir as obras



que vem do ano anterior e fazer mais o que faz falta, nomeadamente as novas Piscinas Municipais, outro Pavilhão Municipal, reparar as ruas da cidade e acesso às aldeias, construir mais redes de saneamento, reforçar e melhorar o abastecimento de água, recuperar património, melhorar jardins e construir mais espaços verdes. Não há dinheiro para tudo isso. O nosso pensamento pode levar-nos a querer o céu, mas quem tem os pés assentes na terra, sabe os passos que pode dar.

A Autarquia tem um Regulamento Geral que contempla a circulação de animais (bovinos, ovinos e caprinos), em particular na cidade. Hoje isso começa a ser recorrente em pessoas que têm uma vivência urbana embora vivam em zonas rurais e querem que na envolvente da sua área de residência não haja ovinos e caprinos a circular. A verdade é que isso é impossível porque seria proibir a existência de pecuária ou então teríamos de criar uma rede de caminhos exclusivos à pecuária. O nosso Plano Diretor Municipal está regulamentado de forma a permitir que até um determinado número de cabeças, por espécie, possam ser alojados dentro da malha urbana. Não podemos dizer que esses animais não podem circular à nossa porta. Essa é a razão de haver diferença entre viver numa cidade ou numa vila consolidada ou viver na zona rural. A vivência urbana e a vivência rural mesmo no que respeita à parte habitacional têm características diferentes e sabemos que temos de conviver com isso.

Cães abandonados existem em Chaves como existem em todo o lado e isso acontece porque as pessoas deixam de cumprir as suas obrigações para com os seus animais de estimação. O que aqui está mal é o comportamento humano que ao abandonar um animal passa a ter um comportamento desumano. Se assim não fosse provavelmente deixaria de haver tanto cão vadio.

No que respeita aos contentores de lixo se todos nós tivéssemos outro tipo de comportamento, certamente teríamos uma cidade muito mais asseada; quando levamos o saco do lixo para o contentor respetivo e verificamos que esse contentor está cheio a atitude adequada seria levá-lo de volta para casa e coloca-lo no contentor no dia seguinte, quando estivesse vazio. O deixá-lo no chão vai permitir que o lixo seja espalhado por qualquer animal, com todas as consequências que daí advêm. Mas o mais lamentável é que estas situações acontecem de uma forma mais acentuada nas ruas da cidade e por vezes são os próprios comerciantes que fazem isso, quando deviam ser os primeiros a contribuir para que as ruas estejam o mais limpas possível; uma cidade limpa é uma cidade mais atrativa e faz as pessoas mais felizes.

Quanto à toponímia, a Câmara Municipal delegou essa competência nas freguesias para que sejam elas a definir os topónimos das ruas nas suas localidades. Se freguesias distintas dão o mesmo nome a uma rua isso deverá ser objeto de acordo entre elas.

A Câmara Municipal não paga rigorosamente nada pela água à Junta de freguesia de Soutelo, como não paga nada a nenhuma Junta de freguesia onde é utilizada a água das suas nascentes, apesar de ser responsável pela gestão do sistema de distribuição que inclui reparações, tratamento, análises e distribuição.

No caso de Soutelo, durante muitos anos foi a Junta de Freguesia com a ajuda da população que construiu a captação, mas ao passar a gestão dos sistemas para a Câmara Municipal, por decisão da Freguesia, a Autarquia dá continuidade à



distribuição da água em quantidade e com qualidade mas não paga nada à Junta de Freguesia. Quando há necessidade, nomeadamente no verão, há injeção de água nos sistemas proveniente das Águas do Norte.

Tal como o Senhor deputado Pimentel Sarmento, também espero que o novo Conselho de Administração mude o rumo das coisas no nosso Hospital. É inconcebível que um médico que trabalha no Hospital de Chaves tenha de se deslocar a Vila Real para dar consultas a utentes do Hospital de Chaves. Esse médico que para dar a consulta apenas precisa de um gabinete, tem de se deslocar a Vila Real, fazendo deslocar também o doente, muitas das vezes apenas para verificar as análises clínicas que lhe prescreveu e encaminha-lo, de acordo com as suas condições de saúde. Por vezes é o próprio clínico que dá boleia aos doentes que vai consultar a Vila Real. Outros têm de se deslocar a expensas próprios e todos sabemos o que isso custa.

Coisa diferente é quando é necessário utilizar meios de diagnóstico que só existem no Centro Hospital. Nestas condições é evidente que se compreende porque não pode haver determinado equipamento em todos os hospitais já que, por norma, esse equipamento é muito caro.

No primeiro dia em que o Conselho de Administração tomou posse a situação em concreto foi referenciada e classificada como ridícula, mas a verdade é que já passou um mês e meio e nada foi alterado. É tão simples; basta decidir que as consultas aos doentes do Hospital de Chaves sejam feitas em Chaves.

Aguardamos pelo Orçamento de Estado para ver se vai haver reforço de transferência de verbas do Ministério da Saúde para o Centro Hospitalar que lhe permita pagar a grande dívida que tem e reforçar o Hospital de Chaves com recursos humanos e com equipamento, nomeadamente os artigos mais básicos como lençóis, fronhas toalhas, etc. etc.

Espero que o Conselho de Administração não desaproveite a verba prevista no Programa Norte 2020, no valor de novecentos mil euros – FEDER – para remodelação de um dos blocos operatórios conforme está previsto e deixado de herança pelo governo anterior.

Brigite Raquel Bazenga V. Tomás Gonçalves – usou novamente da palavra para dizer que é legal fazer apartes.

“Eu sou das pessoas que faço muitos apartes mas só responde aos apartes quem quer. Quando faço intervenções também ouço apartes mas raramente respondo que é para não potenciar aquela coisa desagradável do toma lá dá cá. Mas já que se reduz tudo à questão da legalidade e não da ética, eu quero dizer que é legal e até apanágio da boa tradição republicana, em plenários políticos, mandar uns apartes. Podemos discutir se do ponto da ética ou da educação, se fica bem ou mal, mas também queria dizer ao Senhor Presidente que dos meus trinta e seis anos de vida, alguns dos quais com atividade profissional cívica e política, não levo recados de boa ou má educação de ninguém. Se os apartes geram algum burburinho é porque alguém responde; se os ignorar talvez eles se reduzam. Fica o conselho.

Quero dizer ao Senhor Presidente da Câmara que o argumento que sistematicamente utiliza das sucessivas vitórias e da confiança, também serve ao contrário para o PS. É que o Senhor Presidente a somar vitórias para o PSD conseguiu ter nas últimas eleições uma grande perda e não há nada que motive mais



o Partido Socialista do que pensar de perda em perda, até à perda final. Isto também dá estímulo e confiança e quem ganha eleições não as ganha a zero. O Senhor Presidente pode representar as vitórias e aqueles que confiaram em si e no seu partido, mas o Partido Socialista também representa milhares de eleitores e cidadãos deste Concelho a quem deve explicações, a quem deve o exercício da oposição, a quem deve demonstrar que é possível estar atento, criticar e propor como fazer de forma diferente. Outro hábito que o Senhor Presidente tem e que em meu entendimento, eticamente, também não lhe fica bem, ainda que possa ser legal, é o de cavalgar os sucessos e os méritos de entidades privadas às quais o PS até reconhece todo o mérito, como é o caso da Academia de Artes de Chaves, mas o que o PS não faz é tirar louros dos méritos de entidades privadas. O Senhor Presidente recorrentemente faz isso. Cavalga o sucesso de entidades das quais nada tem que ver, enquanto Presidente, mas depois retira-se estrategicamente, dos insucessos e das responsabilidades de entidades que fracassam e nas quais tem, politicamente, enquanto edil desta Câmara, responsabilidades. Esta prática da esperteza saloia até pode passar bem entre os eleitores do PSD mas nem toda a gente a engole, designadamente eu.

Sobre a Chaves Viva e sobre a cultura o Senhor Presidente diz muito pouco, designadamente não disse o que é que aconteceu nos últimos dois anos. Disse que foi o Senhor que criou a Chaves Viva e a mim resta-me perguntar se foi o Senhor que a enterrou. É que não explicou porque se retirou de uma entidade com tantos méritos e sucessos, há dois anos. Também não explicou porque é que profissionais com tanto mérito, com tanta capacidade e eu reconheço que sim, não foram incentivados a formarem uma associação que pudesse ser cooperante nessa área da cultura. Agora que não há a Chaves Viva quem são os cooperantes? Com que critérios é que escolhe os cooperantes? Há um regulamento para aferirmos da capacidade, ou não, de cada um cooperar nas diferentes iniciativas da Câmara? Interessava-nos saber o que se passou. Porque é que mudou a estratégia, porque é que a Câmara saiu da Chaves Viva há dois anos, se dessa retirada não resultou precisamente esta consequência que estamos aqui a lamentar e se daqui para a frente vai continuar a trabalhar em cooperação, como sempre trabalhou até aqui. Vai trabalhar em cooperação com quem? Com todos?"

Manuel Guerra Afonso do MAI – referiu-se à questão da Rua de Casas dos Monte dizendo:

“Tanto quanto sei foi a Câmara que mandou executar a obra e ao colocar o pavimento não fazia parte colocar as caixas ao nível?

Relativamente à questão dos bovinos, ovinos, caprinos e cães vadios é uma realidade. O Senhor é que é o Presidente da Câmara e a quem compete resolver os nossos problemas e o que eu quero saber é como é que vai resolver a situação.

Eu até podia vir morar de novo para a cidade e não falo em nome pessoal, mas no de muita gente. Mas também podemos arranjar maneira de trazer o gado para a cidade. Se quem não gosta das ovelhas junto à porta tem de vir para a cidade não me parece aceitável. Também podemos deslocar os animais para a cidade.

Conheço pessoas que estão com problemas de saúde graves, nomeadamente brucelose originado por esta situação porque os animais estão mesmo junto aos



muros, às habitações. Será que não se vai fazer nada sobre esta questão? Será que as pessoas da aldeia não vão ser protegidas?

A cidade está a esvaziar-se. Dizem por aí que as aldeias também se estão a esvaziar. Então vamos esvaziá-las todas. Provavelmente é o que vai acontecer no futuro porque qualquer dia passa a uma cidade e um concelho fantasma”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Quem referenciou a Academia de Artes de Chaves não fui eu. Eu limitei-me a responder àquilo que foi comentado. Não puxei para aqui o mérito do Grupo Desportivo de Chaves que pode subir à primeira divisão, como sendo mérito da Câmara Municipal, porque não foi referenciado; se tivesse sido referenciado também estaria a aplaudir o mérito do Desportivo de Chaves.

Na sua intervenção a Senhora deputada Brigitte referiu o MARC, a Voz da Juventude, a Chaves Social, a Chaves Viva e a Academia de Artes. A Academia de Artes é uma sociedade privada mas temos de reconhecer que tem desenvolvido uma atividade muito meritória na área de cultura em Chaves. O mesmo acontece com as bandas musicais. Se a Câmara não as tivesse vindo a apoiar, provavelmente já não existiriam seis bandas no concelho.

É lamentável que a Senhora deputada entenda que a esperteza saloia do Presidente convence os eleitores do PSD, classificando muito mal uma boa parte da população deste Concelho. A maioria. Já que a maioria da população do concelho tem votado no PSD sempre que há eleições. Dizer que qualquer esperteza saloia os convence não me parece correto. O que a Senhora deputada está a querer dizer nestes apartes e que acha que lhe ficam bem, é que em 2001 quando o PSD ganhou a Câmara os eleitores que morreram eram socialistas e os jovens que ganharam capacidade eleitoral e fizeram a viragem, eram PSD. O PSD continua a contar com esses jovens por muitos e bons anos.

Apesar de nas últimas eleições autárquicas o PSD não ter tido a maioria do executivo municipal, entendo que tivemos uma vitória extraordinária, tendo em conta tudo o que se passou no país. Antes de 2013 o PSD tinha a maioria das Câmaras Municipais do país, inclusive a presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Nas eleições autárquicas de 2013 o PSD perdeu várias câmaras para o Partido Socialista mas a verdade é que em Chaves se manteve e por apenas vinte votos não elegeu o quarto vereador. Somos maioria na Assembleia Municipal e temos o orgulho de ter conquistado muitas Juntas de Freguesia. Tínhamos 35 juntas de freguesia num total de cinquenta e uma e hoje temos 30 num total de 39.

A Câmara Municipal deixou de ser sócia da Chaves Viva há cerca de dois anos porque entretanto a legislação mudou e não permite que as câmaras municipais concedam subsídios a instituições onde é associada. A Chaves Viva deu apoio a muita instituição, nomeadamente escolas e outras associações. Não prestava apenas apoio aos eventos que a Câmara realizava diretamente ou indiretamente. A EHATB organiza as nossas feiras mediante protocolo aprovado nesta Assembleia Municipal e a Chaves Viva também lhe prestava apoio em prestação de serviço. O apoio que prestava à Câmara Municipal não era em prestação de serviço. Era em cooperação porque lhe era atribuído um subsídio em função de um plano de desenvolvimento cultural que a associação apresentava anualmente à Câmara Municipal. A Chaves



Viva prestou um bom trabalho e o seu encerramento foi efetivamente uma decisão da sua direção para qual a Câmara Municipal não teve qualquer contributo. Nestas circunstâncias, onde a Câmara não é associada, não tem voz ativa, não lhe compete interferir. Enquanto Presidente da Câmara nunca fiz a mínima interferência na eleição de quaisquer órgãos sociais de associações do concelho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A ata número um, referente à sessão ordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 2016, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

Posta à votação foi aprovada com seis abstenções por ausência na última sessão.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

Intervenções:

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse ser deputado eleito pela CDU e é nessa condição que aqui está, sempre esteve e estará. Que nunca ninguém o ouviu invocar que os anteriores responsáveis da direção clínica do Hospital de Chaves eram candidatos do PSD nas eleições autárquicas.

Mesmo não trabalhando a tempo inteiro na unidade hospitalar de Chaves, aceitei assumir responsabilidades por duas razões. Uma por entender que Chaves e o seu Hospital merecem isso; a outra é por acreditar que é possível melhorar. O tempo o dirá.

Tudo o que eu disser nesta Assembleia Municipal e nas seguintes, é na qualidade de deputado municipal de CDU e nunca terá a ver com as funções que exerço como adjunto da direção clínica do hospital de Chaves. Não posso deixar de dizer que interpretei a intervenção do Senhor deputado Pimentel Sarmento como um elogio.

A informação sobre a atividade municipal refere uma reunião com a direção do ACES e gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o que foi tratado nessa reunião

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que muita da atividade que o Senhor Presidente enuncia, realizada desde a última Assembleia Municipal, tem a ver com a saúde em todas as suas dimensões.

Para além da preocupação relativa aos cuidados primários, no que respeita ao ACES, gostaria de saber se, para além da questão hospitalar, centrada no Centro Hospitalar, em particular na Unidade Hospitalar de Chaves, se também foi colocada a dimensão dos cuidados continuados. Falaram das questões hospitalares, dos cuidados de saúde primários e se também foram referidos os cuidados continuados; se houve alguma abordagem relativamente aqueles que existiram, ou relativamente a outras valências que possam estar a ser equacionadas, quer em regime de parceria e acordo, como são as funções que estão no terreno, quer protagonizada pelo próprio Centro Hospitalar nalgum dos domínios onde, por ventura, exista carência.

Na última Assembleia Municipal solicitamos uma série de questões sobre o MARC e sobre a FLAVIFOMENTO. As respostas foram entregues no início desta sessão e não houve tempo para fazer a leitura da informação, até porque é composta por muitos documentos. Esta questão tem sido suscitada, recorrentemente, nesta



Assembleia. É uma questão com muita relevância porque tem a ver com a assunção de responsabilidades financeiras decorrentes do contrato bancário de médio e longo prazo e eu pergunto porque é que este processo ainda não está encerrado. Porque é que o MARC não está incluído nas contas de 2015.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Relativamente ao ACES devo registar uma forma diferente de trabalhar da atual Presidente do Agrupamento de Centros de Saúde.

Represento os Presidentes das Câmaras do Alto Tâmega no Conselho Executivo da Comunidade e enquanto esteve em funções o anterior diretor do ACES apenas se reuniu uma vez. Com a nova Presidente já reunimos uma vez e está agendada uma segunda reunião.

A reunião a que faço referência na informação não foi do Conselho da Comunidade mas sim uma audição de todos os Presidentes de Câmara da Comunidade, onde esteve presente o Senhor Presidente ARSN, que se disponibilizou para facilitar a contratação de clínicos onde façam falta. O tempo ainda não é suficiente para fazer uma análise concreta mas pressinto boa vontade de trabalhar dentro das limitações que existem, com o tratamento dos problemas sem qualquer preconceito, sem esconder nada. Sabemos que os recursos são limitados.

Ao nível do nosso concelho ainda não há falta de médicos de família. O mesmo não acontece noutros municípios do Alto Tâmega, onde já existem problemas a esse nível.

Sei que a Senhora Diretora do ACES tem reunido com outras instituições, sempre preocupada em servir bem. Nesse aspeto, tal como acontece com o novo Conselho de Administração, sente-se que há uma atitude diferente.

Como anteriormente referi uma das coisas que o Conselho de Administração fez, após ter tomado posse, foi pedir uma reunião com a Câmara Municipal de Chaves. Ontem mesmo, todo o Conselho de Administração deslocou-se a uma reunião da Comunidade Intermunicipal para avaliar, ao nível de todos os municípios, a situação em termos de saúde hospitalar e expectativas. Estamos ainda a falar em termos de boas vontades mas a verdade é que não pode ser de outra forma. Temos de ser realistas.

Sabemos que é justo a redução do horário de trabalho, das 40 para as 35 horas, mas essa alteração, que repito, é justa, vai representar para o Ministério da Saúde o dispêndio de muitos milhões de euros a mais que, ao ser gasto nos recursos humanos, podem faltar para modernizar equipamento, para contratar novos médicos, enfermeiros, etc. É necessário que o orçamento de estado para a saúde contemple essa situação, o pagamento das dívidas e ir fazendo o que faz falta.

A questão dos cuidados continuados não é da competência do Conselho de Administração do Centro Hospitalar. A situação foi abordada no Ministério da Saúde onde fomos recebidos pelo Senhor Secretário de Estado e Adjunto do Ministro. Disse-nos que iria ser reforçado o número de camas nas unidades de cuidados continuados em todo o país. O problema de Chaves é conhecido de todos e tem a ver com o diferendo entre a Santa Casa da Misericórdia e uma entidade privada que, suponho, ainda não está completamente resolvido. Como as unidades de cuidados continuados são todas do setor social e como não há outra IPSS nem haverá verbas que ajudem a financiar a construção de uma outra unidade, não me parece que, a curto prazo,



tenhamos outra Unidade de Cuidados Continuados em Chaves. A menos que o governo crie uma nova linha de financiamento para construção destas unidades. Sabemos que a Unidade de Cuidados Continuados de Montalegre esta pronta a funcionar mas ainda não conseguiu o acordo de cooperação para poder abrir.

MARC: foi deliberado pelos seus órgãos que entrava em processo de extinção da sociedade. Esta Assembleia Municipal aceitou que o MARC fosse internalizado na Câmara Municipal, com os seus ativos e com os seus passivos. A dificuldade está no facto de envolver três entidades. São os gestores liquidatários da sociedade, é a Câmara Municipal porque vai internalizar o MARC e é a entidade de crédito na qual o MARC tem o empréstimo bancário.

Quando for feita a escritura de internalização o MARC, enquanto sociedade anónima, fica extinta. Competirá à Câmara Municipal registar o ativo a seu favor e pedir ao Tribunal de Contas que vise o contrato do financiamento contraído. Mas o Tribunal de Contas pode, eventualmente, não visar o contrato e por essa razão a entidade financeira tem vindo a criar algumas dificuldades quanto à forma como a escritura vai ser feita. A Câmara Municipal regista o ativo a seu favor e para assumir o passivo tem de ter o visto prévio do Tribunal de Contas. Se o Tribunal de Contas recusar o visto prévio resta à entidade financeira acionar a hipoteca e tomar posse dos bens. Mas não é isso que ela quer. O que a entidade financeira quer é que a Câmara fique com o passivo e continue a pagar os juros. A Câmara Municipal também aceita isso, de acordo com deliberação da Assembleia Municipal.

A estratégia que finalmente vai ser seguida é elaborar uma minuta de contrato e sujeitá-la a visto prévio do Tribunal de Contas. Quando aquela entidade se pronunciar agiremos em conformidade.

Na sessão anterior desta Assembleia Municipal a Senhora deputada Brigitte perguntou quantos projetos PIM tinham sido aprovados. A Câmara Municipal, até ao presente, aprovou o projeto PIM de Isabel Grilo, o de Frutas Bela, o Projeto PIM dos Cogumelos e o que foi aprovado na última Assembleia Municipal, de Isolino Marçal.

O Regulamento é para potenciar que em vez de três possam ser muitos mais mas a verdade é que a dinâmica empresarial não tem ajudado. Não porque a Câmara dificulte, pelo contrário. A Câmara de Chaves é pioneira neste tipo de regulamento e tem vindo a criar as infraestruturas físicas - o solo industrial devidamente urbanizado. Aprovou um regulamento que confere incentivos pelas isenções de taxas, mas a verdade é que não compete à Câmara Municipal construir as unidades fabris.

PONTO 2 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – ANO DE 2015;

Intervenções:

António Jorge S. Pinto de Barros do PS – cumprimentou os presentes e disse que um dos direitos do Estatuto do Direito de Oposição é o direito à informação.

“O Partido Socialista tem feito alguns requerimentos e pedidos de informação e verifica que este direito ainda está longe de ser cumprido, nomeadamente: em 2 de janeiro o Partido Socialista solicitou o reagendamento da visita ao Centro de Artes Criativas e até agora ainda não foi feito; igualmente em 2 de janeiro foram pedidos esclarecimentos adicionais sobre aquisição de serviços relacionados com o estudo de viabilidade económica da Fundação Nadir Afonso e até agora esses esclarecimentos



não foram feitos; em 27 de fevereiro, considerando que a estrutura de organização dos serviços municipais em vigor foi aprovada há vários anos, foi pedida ao Senhor Presidente da Câmara a seguinte informação: avaliação da reforma organizacional municipal promovida e seu impacto na melhoria do funcionamento dos serviços municipais, com a indicação de eventuais melhorias registadas na qualidade dos serviços prestados ao cidadão; em 26 de fevereiro foram solicitados esclarecimentos sobre a adjudicação de um estudo de direito que foi entregue ao Professor Dr. Licínio Lopes. Gostaríamos de saber a data do estudo e do parecer, liquidação dos respetivos honorários e a cópia de consulta do referido parecer”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelo Senhor deputado Jorge Barros.

Não temos absolutamente nada a esconder na Câmara Municipal. Se algumas informações não chegam em tempo útil, muitas vezes tem a ver com a complexidade das perguntas e com o tempo que os serviços necessitam para elaborar as respostas e isso acontece na esmagadora maioria dos casos.

A visita ao Centro de Artes Criativas foi programada e desprogramada já mais do que uma vez. Se desejam ser acompanhados nessa visita, por algum membro do executivo municipal, ela tem de ser agendada. Se assim não for podem fazer a visita quando quiserem porque as portas estão abertas a qualquer cidadão que ali queira entrar. Não tenho indicação que não seja assim.

Quanto ao estudo de direito do Dr. Licínio Lopes não tenho conhecimento de qualquer pedido mas, naturalmente, será dada essa informação.

Há uma pergunta que o Partido Socialista fez por escrito, que não foi respondida. Nesse requerimento o PS pedia cópia de todos os pagamentos feitos pela Câmara Municipal desde o início do mandato, quem autorizou esses pagamentos e quem os efetuou. Para poder responder a todas essas perguntas seria necessário destacar três ou quatro funcionários; seria necessário tirar milhares de fotocópias das autorizações de pagamento, desde a aquisição de um simples lápis até ao equipamento mais complexo.

A resposta dada ao Partido Socialista foi que quando algum membro desta Assembleia quiser obter informação sobre o assunto que for, a esse nível, se dirija à Câmara Municipal onde a Chefe de Divisão tem instruções para colocar um funcionário à disposição de forma a responder ao que for solicitado, até porque toda essa informação está tratada informaticamente.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que o que foi dito pelo Senhor deputado Jorge Pinto de Barros foi que o Estatuto de Oposição não está a ser cumprido na íntegra. No que diz respeito à dimensão do direito à informação existe um deficiente grau de cumprimento. Isto porque se identificaram um conjunto de pedidos que não foram respondidos. Não pedimos que a resposta seja dada no momento. O que quisemos dar nota foi que este direito da oposição, na dimensão do direito ao acesso à informação, não está cumprido na íntegra.

Quanto à questão da razoabilidade dos pedidos eu respondo com uma pergunta. Não faria todo o sentido, nessa lógica da transparência, que nas reuniões de câmara fosse um mapa dos pagamentos que foram feitos no período anterior? Se assim for as questões relativas aos pedidos concretos das ordens de pagamento serão feitos



relativamente àqueles que nós entendermos e verá que de milhares passam para dezenas. Fica a sugestão.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 3 – LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO Nº 5/SC/2016. Para conhecimento;

Não houve intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 4 - LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº 6/SC/2016. Para conhecimento;

Não houve intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 5 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA, TINTEIROS E OUTRAS DESPESAS – ANO LETIVO DE 2015/2016. INFORMAÇÃO DDSC Nº 2/SE/2016;

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 6 - EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A”. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA. APTROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA. PROPOSTA Nº 20/GAP/2016;

Intervenções:

António Jorge S. Pinto de Barros do PS – disse que aqui é proposto um Contrato-Programa que visa a transferência do poder de gerir equipamentos públicos por uma entidade externa à Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Chaves, através deste Contrato-Programa pretende transferir a gestão de equipamentos para a GEMC, E.M. SA.

Uma vez que estamos a lidar com a coisa pública esta empresa, que é uma empresa local e é participada pela Câmara Municipal de Chaves, está na alçada de um regime específico. Estas situações são reguladas por um regime jurídico próprio, publicado pela lei 50/2012, de 31 de agosto. A Autarquia não pode pura e simplesmente transferir a gestão e exploração destes equipamentos para uma entidade terceira. O artigo 6º da referida lei estabelece um princípio basilar, a partir do qual temos de analisar este contrato. O referido artigo diz que a transferência da gestão para estas empresas locais só pode ser feita quando há melhoria da prossecução do interesse público e quando há conveniência na gestão subtraída à gestão direta, por especificidade técnica, da atividade a desenvolver. Isto quer dizer que a lei impõe que



a Câmara Municipal só não pode gerir o que é dela quando não está tecnicamente dotada para isso. Impõe-se a pergunta. Porque é que a Autarquia não pode ou não quer gerir aquilo que é público? Estamos a falar das piscinas do Rebentão, do Parque de Campismo do Rebentão, de sistemas de estacionamento público, das Termas de Chaves e das Termas de Vidago.

Consultando a ata respetiva o Senhor Presidente da Câmara fez um comentário que retive e passo a citar: «alguns municípios liderados pelo Partido Socialista vêm apostando no modelo de gestão empresarial, com incidência em diversas áreas de intervenção municipal. O Partido Socialista reconhece assim o mérito gestor da empresarialização de alguns setores da atividade municipal». Retenho que para o executivo camarário a referência de gestão pública são outros executivos socialistas, o que me congratula.

Para poder fazer a transferência, este contrato devia ter a fundamentação da transferência; o porquê de fazer esta transferência. Nos considerandos e no clausulado em análise não é justificada a transferência da gestão deste património e para aprovar o contrato temos de saber a verdadeira necessidade de atribuição desta gestão.

No próprio contrato é previsto para 2016 um exercício positivo de cinquenta e dois mil euros. Isto quer dizer que para esta empresa, atento o Orçamento e Plano de Atividade para 2016, a gestão deste pacote de atividades e equipamentos, vai resultar no exercício positivo de cinquenta e dois mil euros, o que à partida parece bom. Contudo, pergunto. O que é que a empresa vai fazer com esse valor? Vai distribuí-lo em prémios de gestão? Vai contratar mais trabalhadores? Do contrato não se percebe o que é que a empresa pode fazer.

Nas atribuições da empresa está previsto que a GEMC pode fazer a gestão de piscinas e das Termas de Chaves e Vidago. Nos termos do contrato não se individualiza qualquer sistema de estacionamento. Essa gestão não prevê o investimento nestes equipamentos e quem fará o investimento será sempre a Câmara Municipal. Isto quer dizer que numa atividade lucrativa em que se prevê um saldo positivo de cinquenta e dois mil euros, esse valor não pode ser usado na prossecução do interesse público porque a empresa não pode investir. Então, qual o interesse de adotar este modelo de gestão quando a Câmara Municipal vai ter sempre o ónus de investir na coisa pública? Arrisco a dizer que isto é um mau contrato, que não beneficia o sistema público.

Podíamos falar de números relativamente às Termas de Chaves e de Vidago mas parece-me que o que aqui está em causa é este contrato.

O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas pelo Senhor deputado Jorge Pinto de Barros.

Estamos a falar de um modelo e se referenciei municípios do Partido Socialista podia referenciar municípios com maioria do PCP ou maioria do CDS/PP. Este modelo de gestão da coisa pública seja ela municipal ou nacional, também se faz utilizando o modelo empresarial. Se não posso referenciar exemplos de políticas adotadas pelo Partido Socialista para justificar também as minhas opções políticas, fico limitado na minha liberdade. Dou o exemplo da antiga Junta Autónoma de Estradas, hoje Estradas de Portugal, em que num governo socialista foi subdivida em três institutos. Como sabem os institutos já têm um modelo meio empresarial; não são direções



gerais em toda a linha. Num outro governo do Partido Socialista com o Eng.^o José Sócrates transformou-se na empresa designada por Estradas de Portugal, EP, SA. com o objetivo de retirar dívida para a empresa e não a refletir na dívida pública nacional. Hoje a legislação obriga a que tudo seja refletido na dívida pública nacional. Neste caso em apreço, a empresa já existe há muitos anos e é 100% municipal; é apenas uma questão de modelo de gestão. Este modelo de gestão, via empresarial, é recorrente em todos os municípios que detêm empresas municipais. Muitas delas foram criadas para arranjar lugares de cargos de administração remunerados mas não é o caso da nossa empresa municipal; nesta empresa municipal não há ninguém que tivesse vindo de fora para ocupar cargos de administração e que, por esse motivo, seja remunerado.

Qualquer Autarquia que necessite de contratar um trabalhador para os seus serviços tem de lançar uma oferta pública de emprego. Se a empresa municipal tiver necessidade de contratar alguém para fazer limpeza no Balneário, por quatro meses, não precisa de fazer uma oferta pública de emprego porque tem uma bolsa de colaboradores que já prestaram ali trabalho e vai recrutar a pessoa para fazer a limpeza, a essa bolsa. Foi entendido que este modelo empresarial ajuda e facilita muito a gestão em qualquer entidade que detém empresas, incluindo o próprio estado.

Esta proposta só vem a esta Assembleia Municipal por determinação da legislação em vigor, porque a criação da empresa, o objeto e as virtualidades da criação da empresa já foram discutidos há muitos anos. A novidade deste ano é o Balneário de Vidago que vai entrar em funcionamento e a Câmara ou o gere de modo próprio, ou, como é lógico, vai integrá-lo na Empresa Municipal que é a entidade que está preparada para fazer a gestão do equipamento.

O investimento significativo – obras/aquisição de equipamento relevante - é feito pela Câmara Municipal mas no que respeita à gestão diária, as compras são feitas pela GEMC.

António Jorge S. Pinto de Barros do PS – usou novamente da palavra para perguntar quais são os fundamentos para dar a esta empresa a gestão de um equipamento que até é lucrativo.

Eu não acredito que a Câmara Municipal não tenha técnicos capazes de gerir este equipamento e gostava de obter uma justificação.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado Jorge Pinto de Barros que a justificação foi dada e que se traduz no modelo de gestão que é mais fácil, mais prático e mais eficaz, nesta matéria. Para gerir equipamentos que implicam recrutar recursos humanos este é o modelo mais prático e foi adotada há já alguns anos.

Estamos a falar de uma empresa 100% municipal e estamos a utilizar um modelo que a lei nos permite utilizar.

António Jorge S. Pinto de Barros do PS – usou novamente da palavra para dizer que continua com dúvidas porque a questão fundamental não está respondida.

“Invocar a facilidade de gestão não é, certamente, o fundamento que a lei permite. O Senhor Presidente só tinha de me dizer que a Autarquia não tem técnicos suficientes para gerir uma empresa de estacionamento público, não tem técnicos para gerir



piscinas. Se me dissesse isso eu aceitava mas até agora essa questão não foi respondida.”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado Jorge Pinto de Barros que a resposta é a que já deu.

Esta situação não é diferente daquela que aconteceu com os hospitais. Será que o Ministério da saúde, através das administrações regionais de saúde não tinha médicos? Não tinha gestores? Não tinha enfermeiros? Não tinha engenheiros? Então porque é que os transformou em setor empresarial do estado? E muitos desses recursos humanos são os mesmos. O mesmo acontece com a Empresa Municipal. Há técnicos que foram deslocados da Câmara para a Empresa e outros, porque são necessários todo o ano, passaram a ser contratados a prazo e, posteriormente, passaram a fazer parte dos quadros da empresa municipal. É o caso dos técnicos de manutenção porque é no período em que as termas estão fechadas quando mais trabalham; é nesses períodos que fazem a grande manutenção dos equipamentos. Senão existisse a Empresa a Câmara fazia? Fazia. Não faria tão bem e com a mesma eficácia porque existe muita burocracia na contratação de pessoal a termo.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 58 votos a favor, 1 abstenção e 13 votos contra.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “Votamos contra esta proposta com base nos seguintes considerandos: Por entendermos que não estão suficientemente explicitados os fundamentos e as razões que justificam este tipo de contratualização nem tão pouco os fundamentos da manutenção desta empresa municipal; votamos contra porque entendemos também que o objeto social desta empresa engloba um conjunto de atividades que não têm relevância com o seu corpo principal que é gestão das termas.

Entendemos que devia ser feita uma redefinição do respetivo objeto social porque não faz sentido que esta empresa, que gere termas, tenha o estacionamento de superfície, o parque de campismo e piscinas. Não faz sentido este aglomerado de atividades dentro do seu objeto social e também entendemos que é fundamental fazer uma avaliação rigorosa daquilo que tem sido a atividade desta empresa. Por tudo isto o nosso voto é conta”.

PONTO 7 - PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM., S.A. PROPOSTA Nº 28/GAP/2016;

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a EHATB é uma empresa participada por todos os municípios do Alto Tâmega e um grande ativo deste e dos demais cinco municípios.

Sempre entendemos que a EHATB era uma estrutura essencial para os municípios porque desenvolve uma atividade e tem uma capacidade de gerar valor, recursos e meios, absolutamente inigualável. Por isso é que o PS entendeu sempre que esta empresa devia estar no seio dos respetivos municípios.

Como devem recordar houve um tempo em que o PSD quis vender a sua participação na EHATB mas o PS sempre entendeu que esta empresa é um ativo fundamental, não só pelo que vale em termos patrimoniais, económicos e financeiros,



mas também pela capacidade de poder fazer intervenções nos territórios. É um instrumento fundamental no desenvolvimento local e regional. Poderá dizer-se que é preciso relança-la, que é preciso identificar novas áreas de ação, que lhe possam dar dimensão, sempre na lógica do desenvolvimento regional e local e também numa lógica de continuidade.

A Câmara Municipal de Chaves, gerida pelo Partido Social Democrata, quis vender este ativo municipal e só não o fez porque entretanto surgiu uma outra solução. Felizmente que não foi vendida e felizmente que, nessa altura, muitos membros desta Assembleia Municipal manifestaram, veemente, a sua oposição. Fomos contra no passado e somos contra no presente.

Esperemos que da mesma forma que os gestores anteriores souberem liderar bem esta Empresa, os atuais e os que vierem a seguir, sejam capazes de levar a empresa numa lógica de continuidade e de afirmação porque também, por esta via, os concidadãos do Alto Tâmega serão valorizados.

O Partido Socialista vê com bons olhos a celebração de Contratos Programa com a EHATB, porque é uma boa forma de canalizar/afetar recursos a ações que se entendem meritórias.

No anexo que integra este Contrato-Programa não estão suficientemente claras as ações que vão ser desenvolvidas; faz referências mais genéricas, menos concretas, nomeadamente protocolos e parcerias, participação em feiras, campanhas de divulgação do Alto Tâmega. Contrariamente ao que acontece agora, o Contrato aprovado no ano anterior identificava ações concretas.

Não seria possível alocar estes recursos (trinta e três mil euros) a outras necessidades mais prementes? Não estou a dizer que não é importante fazer promoções e participar em feiras. O que estou a dizer é se não seria também de alocar alguns recursos a necessidades mais emergentes e nós temos muitas aqui no Concelho.

Manuel Guerra Afonso do MAI – disse não conhecer na totalidade a parceria que foi feita com a EHATB.

Sendo o município de Chaves parceiro da EHATB e pensando em algo que já foi aqui referido no passado e que é a questão do rio Tâmega, gostaria de propor o seguinte, caso seja possível.

Pensando na regularização do caudal do Rio Tâmega, não sei até que ponto poderíamos aproveitar as chamadas horas de vazio da EHATB, para poder fazer a reversão do caudal, melhorando o seu aspeto. Penso que esta medida poderia encaixar no Programa Portugal 2020, desde que haja viabilidade económica.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados.

Já é recorrente, neste mandato, sempre que se refere a EHATB, falar-se da proposta de venda dos seus ativos. Como membro do executivo municipal na gestão anterior, votei a favor dessa venda na Câmara e esta Assembleia, em função da sua representatividade, aprovou a proposta de venda com uma maioria muito significativa. A representatividade é o que é, vale o que vale e é assim que deve ser avaliada. Em números absolutos.

Entretanto ainda nessa mesma gestão foi entendido não vender as ações da EHATB, apesar de autorizados para o efeito, recorrendo-se a outros instrumentos para pagar



dívida. Optou-se por recorrer ao Programa de Apoio à Economia Local, mas poderia ter-se optado pela venda das ações, uma vez que esse recurso continuava disponível.

Este executivo municipal, do qual sou presidente, não colocou sequer essa questão porque entendo e subscrevo na íntegra o que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro disse. A EHATB é um ativo. Mas a verdade é que podemos mudar de opinião. Em determinada altura houve ministros do governo socialista que votaram a favor do Plano Nacional de Barragens no Conselho de Ministros. Hoje esses mesmos ministros, sendo do governo, de novo, são contra o referido Plano e têm toda a legitimidade para o fazer. Nesta situação concreta da EHATB é rigorosamente a mesma coisa.

Em Dezembro virá de novo a esta Assembleia Municipal um outro Contrato-Programa com a EHATB e tenho a certeza que o discurso será o mesmo. Repito mais uma vez que estamos aqui para julgar o presente e conto com todos vós para aportarem ideias que sejam importantes para o presente e para o futuro. Estamos todos empenhados em construir caminho para o futuro.

Os investimentos podiam ser outros, mas este Contrato-Programa não é feito entre a Câmara Municipal de Chaves e a EHATB, como dois parceiros. É feito entre os seis municípios e a EHATB, o que significa que a margem de manobra do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, para propor alterações, é muito menor porque temos na EHATB, como temos na CIM, como temos na AMAT o princípio da unanimidade. Quando as propostas são apresentadas, se não colherem opinião unânime dos representantes das câmaras, pura e simplesmente não são votadas. Não é uma questão de liderança, ou não. Funciona assim.

No mandato de 1997/2001, quando se discutiu aqui o sistema multimunicipal, na altura era vereador e subscrevi uma proposta para transformar a EHATB numa empresa que tivesse no seu objeto a componente «ambiente» e que utilizasse a mais-valia da produção de energia elétrica para tornar a vida mais barata ao nível de distribuição da água, da recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e do tratamento de águas residuais. Essa proposta não colheu no seio do executivo municipal de então e nem sequer foi levada à EHATB. Já na gestão do PSD, o Dr. João Batista propôs uma coisa semelhante e mais uma vez não colheu no seio da EHATB.

Hoje o Senhor Secretário de Estado do Ambiente está a dizer aos municípios que os sistemas de distribuição de água só fazem sentido para servir, no mínimo, oitenta mil habitantes. Isso significa que os pequenos municípios se devem associar para criar uma empresa intermunicipal que faça a distribuição de água de forma a ganhar essa massa crítica dos oitenta mil habitantes. Perante isso fiz de novo a proposta para que a EHATB para além do objeto “desenvolvimento regional e local” passe a conter também o objeto de “fins gerais” e, mais uma vez, podíamos aproveitar a mais-valia da produção de energia elétrica.

A empresa paga muitos impostos; em 2015, relativamente ao ano de 2014 pagou de IRS cerca de um milhão de euros. Se no seu objeto tivesse outras funções, de alguma forma ajudava a subsidiar a distribuição de água e a recolha de resíduos sólidos. Mas a verdade é que os meus colegas presidentes não aceitam e eu não os posso obrigar.



As ações mencionadas no documento não são para todos, nomeadamente a viagem a Chipre para assistir a um Congresso de Cidades Europeias em que a Câmara de Chaves não vai participar. Iremos a França, ao município de Neuilly – Sur - Seine cerca de Paris, participar numa feira e promover aí os nossos produtos (pasteis, o folar, o presunto, o mel, as termas e afins).

Não consegui perceber o sentido da pergunta formulada pelo Senhor deputado Manuel Guerra Afonso sobre a regularização do caudal do Rio Tâmega.

Em Portugal as horas vazias são utilizadas pela empresa produtora – A EDP – que utiliza o excesso de energia na rede, proveniente das eólicas e das hídricas de fio de água, como são as do Douro, para reverter caudal para cotas superiores e poder turbinar no dia seguinte, nas chamadas horas cheias. Aqui não temos qualquer hipótese de fazer isso. A primeira barragem que o rio Tâmega tem é a do “Torrão”, no Concelho de Marco de Canaveses e pertence à EDP.

O estado, até há pouco tempo, às empresas privadas, só permitia pequenos aproveitamentos - mini-hídricas. A EHATB não tem nenhum “grande aproveitamento”. Tem o aproveitamento de Bragadas no Concelho de Ribeira de Pena, que é uma mini-hídrica e tem o aproveitamento do rio Alvadia em Ribeira de Pena, em que Ribeira de Pena detém 55% do investimento e os cinco municípios detém 45% (9% cada um). A receita entra na Câmara Municipal de Ribeira de Pena que depois a redistribui pelos outros municípios, em função da percentagem. Tem ainda um conjunto de Parques Eólicos de pequena expressão; os de grande expressão são todos de grandes empresas, quer nacionais quer estrangeiras.

A sugestão que foi feita pelo Senhor deputado não tem qualquer viabilidade.

O Plano Nacional de Barragens irá sofrer alterações, segundo garantia dada pelo Senhor Ministro, mas ficamos com a expectativa que o Alto Tâmega não esteja em causa. São três barragens a construir pela IBERDROLA (uma no Concelho de Vila Pouca de Aguiar, duas em Ribeira de Pena).

Se se conseguir uma boa coordenação entre a Associação de Regantes, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Câmara Municipal, será possível fazer descargas nas barragens das Nogueirinhas, e na do Rego do Milho, antes de períodos de grande pluviosidade em que o rio Tâmega terá capacidade para receber o caudal, fazendo-se depois o armazenamento na época das chuvas fortes, evitando as cheias.

Nuno Vaz Ribeiro do PS - disse que ninguém gosta de ouvir críticas mas que também ninguém pode cercear qualquer membro desta Assembleia Municipal de poder dizer aquilo que entende e o que o PS fez foi recordar um facto que não aconteceu assim há tanto tempo.

Nós dizemos que neste momento só existe EHATB porque efetivamente houve o reconhecimento, em tempo, de que estava a ser cometido um erro colossal ao vender os ativos. E só não foi vendida porque houve a possibilidade de recorrer à linha de crédito aberta pelo PAEL.

Sobre este e quaisquer assuntos que venham a esta Assembleia faremos as considerações que entendermos pertinentes fazer, em cada momento. Se tivermos de falar cem vezes na mesma coisa fá-lo-emos e não vai ser a votação, num ou noutro sentido, que nos vai condicionar. A democracia representativa é mais do que o momento do exercício do voto.



Quanto à questão do futuro e do novo objeto para a EHATB, pessoalmente entendo que deve ser estudada. Acho que a proposta do Senhor Presidente da Câmara tem mérito para ser estudada/avaliada, no que respeita à possibilidade de desenvolver novas áreas de negócio, nomeadamente as que identificou e até outras. Da minha parte terá a concordância

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – Referiu-se à proposta de venda dos ativos da Câmara Municipal na EHATB e disse:

Quando foi pedida autorização para vender os ativos da EHATB, o que não foi aceitável, da parte da CDU, sob o ponto de vista político, foi que nos quiseram convencer que era a melhor opção e que era o tempo certo. Isso é que em política não é honesto.

O Presidente da Câmara de então não apresentou a questão com humildade. Devia ter dito que a Câmara tinha uma dívida que tinha de pagar. Entendo a mudança de opinião da autarquia e a CDU só está a recordar que nos quiseram convencer que era um bom negócio.

O que se verifica é que a riqueza da região, partilhada entre as autarquias, pode criar soluções para o fornecimento de bens essenciais como é a água, como é a gestão dos resíduos sólidos, como é a gestão das águas residuais. Assim os autarcas saibam assumir as responsabilidades. Está provado que é possível aproveitar as riquezas da região e por as autarquias a trabalhar em rede para que as soluções beneficiem a todos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Todos os membros desta Assembleia Municipal gozam de inteira liberdade para virem aqui falar das suas preocupações. Ninguém está cerceado na sua liberdade.

Estou plenamente de acordo com o que o Senhor deputado Manuel Cunha disse na sua intervenção. A Câmara Municipal tinha uma dívida significativa que tinha de pagar e uma das formas de o fazer era vender um dos seus ativos, à semelhança do que tem sido feito pelos sucessivos governos, independentemente da cor política, em que para pagar dívida pública e diminuir défice têm libertado grandes ativos públicos. Isso significa que é um instrumento que qualquer político pode usar, em determinado momento, quando não dispõe de outro. Felizmente foi aberta uma linha de crédito através do PAEL e essa situação foi minorada. Posteriormente este executivo teve necessidade de recorrer a um Plano de Saneamento Financeiro para resolver a situação e, nessa altura, em vez do recurso ao Plano de Saneamento Financeira podia ter pedido à Assembleia Municipal a aprovação da alienação do ativo que detém na EHATB, mas não o fez. Reafirmo que a EHATB é um ativo e um ativo muito importante. Neste mandato já precisamos de financiamento e não recorremos a esse ativo porque resolvemos de outra forma.

A nova lei do orçamento de estado permite-nos ir à banca financiar-nos para substituir dívida má por dívida boa. A dívida má é o PAEL que tem taxas de juro altas. Hoje podemos ir à banca pedir dinheiro emprestado a taxas mais favoráveis, liquidar a dívida do PAEL ao estado e pagar ao banco com juros mais suaves. Em minha opinião esta é uma questão de boa gestão. Se posso pagar menos dinheiro de juros não vou pagar mais. Uma vez que a lei do orçamento nos permite fazê-lo, provavelmente virá à próxima sessão da AM uma proposta nesse sentido.



Nuno Vaz Ribeiro do PS – referiu a ata da reunião da Câmara Municipal em que foi proposta a venda da participação social na EHATB.

Na altura o Senhor Presidente, que era Vereador, não disse que a situação de tesouraria do Município de Chaves era muito preocupante e que, por essa razão, é que a Autarquia vendia os ativos da EHATB. Pelo contrário. Corroborou tudo o que foi dito pelo então Presidente da Câmara. Se à data tinha a informação que hoje tem e votou a favor, não me venha dizer que não é corresponsável.

O Senhor Presidente da Câmara pediu autorização para intervir e disse: «Eu disse que votei favoravelmente no executivo municipal a proposta que veio à Assembleia Municipal, onde foi aprovada maioritariamente. Disse que fui corresponsável. Não é honesto da parte do Senhor deputado Nuno Vaz vir aqui afirmar aquilo que eu não disse».

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro continuou a sua intervenção dizendo:

“Eu não disse em momento algum que o Senhor Presidente não tinha dito que tinha votado favoravelmente. Eu sei que votou favoravelmente. O que estou a dizer não é isso. O que eu quis dizer foi que à data dessa votação, em que votou favoravelmente, sabia que os fundamentos daquela proposta não eram verdadeiros. Não é isso que está na proposta que foi votada. O que eu quero que fique aqui bem nítido é que o que o Senhor Presidente da Câmara disse aqui hoje é a verdade, e nós sabemos que é a verdade, ou então os fundamentos da proposta que foi trazida a esta Assembleia Municipal para vender a EHATB não eram verdadeiros.

Aquando da venda dos ativos da EHATB nunca foi invocada a situação financeira do Município”.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 58 votos a favor, 1 abstenção do MAI e 13 votos contra (11 da bancada do PS e 2 da CDU e 1 do MAI).

PONTO 8 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº 12/DGF/2016;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo:

Em 31.12.2013, a dívida era de 45,36 M€; tínhamos um montante de dívida em excesso de 13,04 M€ e um prazo médio de pagamentos de 231 dias.

Em 31.12.2014, a dívida desceu para 43,79 M€, tivemos, assim, uma redução da dívida de 1,57 M€, fixando-se o montante de dívida em excesso em 11,47 M€ e o prazo médio de pagamentos em 168 dias.

Em 31.12.2015, a dívida desceu para 36,04 M€. Tivemos assim, uma redução da dívida de 7,75 M€, fixando-se o montante de dívida em excesso em 1,54 M€ e o prazo médio de pagamentos em 65 dias.

A variação da dívida, em 2015, é de -17,04% e a variação do excesso da dívida é de -83,39%. As nossas contas deixaram de ter dívida em excesso e o prazo médio de pagamento é inferior a 90 dias. Estamos a cumprir.

Temos à data de 7 de abril de 2016, uma dívida de 32,35 M€ e a receber de terceiros 16,39 M€. Neste momento já não existe montante em excesso de dívida, face ao limite aferido para 2016.

Impõe-se, neste momento, uma correção à minha intervenção feita na Assembleia Municipal de dezembro, passado. Indiquei o valor em dívida de 45,36 M€, como sendo o montante em dívida no início de 2015, quando esse valor corresponde ao



início do exercício de 2014. Tratou-se de um lapso provocado por uma ficha desatualizada da DGAL.

Não tivemos, em 2015, uma redução da dívida de 11 M€, como então afirmei, mas sim uma redução de 7,75 M€. Pouca coisa, estarão alguns de vós a pensar.

Vamos então comparar a nossa gestão com a de um grande município do litoral.

A Câmara Municipal, em comparação, conseguiu reduzir o passivo em 14 milhões de euros no exercício orçamental de 2015. O valor total do passivo desse município do litoral está agora em 1,18 mil milhões de euros, quando em 2014 era de 1,2 mil milhões de euros. Esta é uma das principais conclusões do Relatório e Contas, apresentada pelo vereador das Finanças desse município. Mais refere o dito vereador: “estas são as melhores contas do município em mais de uma década”. Comparemos então: Em Chaves iniciamos o ano de 2015 com uma dívida de 43,79 M€, e reduzimo-la em 7,75 M€; No município em comparação iniciaram o ano de 2015 com uma dívida de 1,2 mil milhões de euros e reduziram-na em 14 M€. Estamos a comparar uma dívida 27,4 vezes superior à nossa e uma redução de 1,8 vezes superior à nossa. Eles classificaram a sua gestão como “as melhores contas do município em mais de uma década”. E nós, como vamos classificar as nossas contas? Deixo essa apreciação à vossa consideração!

É certo que temos faturas devolvidas às Águas do Norte no valor de cerca de 8,19M€, referentes a faturas de saneamento, valores mínimos garantidos e juros de mora. As faturas foram devolvidas porque discordamos do volume faturado relativamente às águas pluviais, estratégia essa, de devolução de faturas, foi sancionada pela Assembleia Municipal.

Como sabem somos credores junto da empresa das águas de 775 mil € por taxas de infraestruturas. Estamos convictos que o desfecho deste diferendo será resolvido favoravelmente ao Município.

Das contas do exercício de 2015, há a destacar o facto de a Câmara ter a dívida totalmente reestruturada e controlada.

Mas o que se destaca é o resultado líquido positivo e muito significativo de cerca de 6,8 M€, obtido em consequência de uma gestão rigorosa e sustentada em princípios e critérios de racionalidade económica.

O ativo líquido atingiu o valor de cerca de 183 M€, representando um acréscimo de cerca de 5 M€ face ao período homólogo.

Os Fundos próprios, também no período homólogo aumentaram cerca de 7,5 M€, atingindo um valor de cerca de 84 M€.

Aumentamos também o imobilizado Bruto, que hoje atinge aproximadamente o valor de 258 M€, representando um acréscimo de cerca de 6 M€ face ao período homólogo.

Estou convicto que, no final de 2016, tal como hoje acontece, já não teremos excesso de dívida mas sim, novamente, capacidade de endividamento.

A DGAL em 26/02/2016 comunicou-nos que o Município já não registava excesso de endividamento líquido e, conseqüentemente foi arquivada a decisão da redução das transferências do Orçamento de Estado.



As despesas com o pessoal representam cerca de 23% do total da despesa. De referir ainda que as funções sociais tiveram um valor semelhante às funções gerais e económicas em conjunto.

No âmbito da Despesa, a taxa de execução foi de 87,07%.

No ano de 2015 os compromissos assumidos foram de 39,8 milhões de Euros dos quais foram pagos 36,2 milhões de Euros.

Diminuímos a Despesa em 2015 em cerca de 15,6 milhões de Euros comparativamente com o ano de 2014.

A receita cobrada líquida no ano de 2015 foi de cerca de 36,8 milhões de Euros, atingindo um grau de execução de 88,4%, em que 79,3% dizem respeito a receitas correntes e 20,7% a receitas de capital, cumprindo assim o disposto no nº 3 do art.º 56º da Lei das Finanças Locais, ou seja, garantindo uma taxa de execução não inferior a 85%.

O Município continuará o seu processo de ajustamento em 2016, para continuar a cumprir os seus compromissos, a servir os cidadãos e a realizar as obras necessárias para o bem-estar das pessoas.

Em função do exposto solicito à digníssima Assembleia Municipal a aprovação dos documentos de prestação de contas para o ano de 2015.

Intervenções:

Fátima Liliana Fontes Correia do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que estamos perante uma prestação de contas que são uma verdadeira ilusão de ótica. Ouvindo o Senhor Presidente falar, parece uma coisa e depois ao olhar com mais atenção é outra.

“Basta fazer a diferença entre os impostos diretos cobrados em 2015, no valor de 6.157 mil euros, e os cobrados em 2014 que foram de 4.900 mil euros, para perceber que quem está a pagar muito caro esta fatura, são os flavienses; mais de um milhão de euros em impostos diretos para fazer face ao serviço da dívida - Juros.

Nesta prestação de contas há alguns números que não consegui compreender e gostava de ser esclarecida. Por exemplo: Na demonstração de resultados existe uma rubrica que se chama custos e perdas financeiras, que tem um valor total de novecentos e quarenta e oito mil euros; comparado com o registado no ano anterior é um valor bastante aceitável porque traduz uma redução de cerca de metade. Mas na página 165 do Relatório de Gestão, aparece um quadro síntese da despesa em que os juros e outros encargos de 2015 têm um valor de dois milhões e oitocentos mil euros. Mais um milhão do que no ano anterior. Em vez de reduzir para metade, aumentamos um milhão. Este valor de dois milhões e oitocentos mil euros vem também confirmado pelo mapa do controlo orçamental da despesa. Então os juros e as despesas pagas em 2015 foram de novecentos e quarenta e oito mil euros ou dois milhões e oitocentos mil euros? Há aqui uma diferença significativa de dois milhões de euros e algum destes valores tem de estar errado. Gostava de ver esclarecida esta questão.

Outra questão que também gostava de ver esclarecida tem a ver com as provisões que foram constituídas. Olhando para o Balanço observamos que existe o valor de onze milhões, novecentos e sessenta e três mil euros na rubrica clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, para os quais foi criada uma provisão de um milhão e trinta e seis mil euros, o que está correto; mas na página 4 «notas ao



balanço e à demonstração de resultados» diz o seguinte: “foi registada na conta 29.2, provisões para riscos e encargos, a constituição de provisões no valor de dez milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e oito euros e oitenta e um cêntimos para fazer face ao risco de incobrabilidade da faturação emitida para cobrança de taxas de subsolo e espaços aéreos, as quais, não tendo sido reconhecidas pelos respetivos clientes, se encontram em processo judicial, sofrendo um reforço de cinco milhões, onze mil setecentos e noventa e seis euros e noventa cêntimos, face ao exercício anterior”. Então uma provisão de dez milhões e oitocentos mil euros, corre risco de incobrabilidade com faturação emitida? E onde está registada essa faturação em dívida por parte desses clientes? Ou equivale à rubrica de clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa? Mas para essa já existe uma provisão de um milhão e trinta e seis mil euros.

Seria mais esclarecedor que existisse aqui um quadro que fizesse a distinção das dívidas com mais de seis meses, mais de doze meses e as que estão em processo judicial.

Gostaria de saber se nas receitas de 2015 também existem valores faturados relativamente a taxas de subsolo e espaços aéreos, em processo judicial, ou se foi só nos exercícios anteriores, e se sim, em que montante.

Neste exercício foram arrecadadas duas receitas financeiras extraordinárias que condicionaram, e muito, o resultado líquido obtido; o adiantamento das rendas da cedência de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento às Águas de Portugal, no valor de um milhão e oitocentos mil euros e a venda das respetivas ações das Águas de Portugal, no valor de um milhão e novecentos mil euros, que em conjunto perfaz um total de receita extraordinária arrecadada, de três milhões setecentos e oitenta e quatro mil euros. Apesar disso, e pela leitura dos documentos, a nossa dívida à ATMAD/Águas do Norte, apenas reduziu de dois milhões novecentos e quarenta e três mil euros para dois milhões cento e setenta mil euros. Estamos a falar de uma redução de apenas setecentos e setenta e três mil euros, quando comparado com o valor arrecadado que é de três milhões setecentos e oitenta e quatro mil euros, que tinha sido consignado para esta dívida.

O Senhor Presidente referiu que se encontra devolvida faturação num total de sete milhões e quatro mil euros à ATMAD/Águas do Norte, do qual meio milhão é referente a dois mil e quinze. Segundo o ponto sete da certificação legal de Contas procedeu-se à devolução da faturação de meio milhão de euros, referente a 2015, não tendo sido reconhecido contabilisticamente os respetivos débitos que se encontram, em parte, reclamados judicialmente. Então também se está a devolver faturação que não se reclamou judicialmente e não se provisionou? Porque essa vai ter de ser paga, correto? Parece que a história se repete e mais uma vez temos a autarquia a financiar-se com o dinheiro dos contribuintes.

Exigimos saber qual é o valor que está reclamado judicialmente e porque é que esse valor não se encontra, contabilisticamente registado, e ainda porque não se constitui uma provisão relativamente a esta faturação que está dependente de decisão judicial. Outra nota negativa é que na documentação que constitui o dossiê de encerramento de contas de 2015, não há nenhuma nota explicativa relativamente à situação atual da internalização do MARC. O Senhor Presidente da Câmara já explicou algumas situações mas essas explicações deviam constar do Relatório de Contas. Sabemos



que foram elaboradas respostas aos pedidos de informação solicitadas pela Inspeção Geral de Finanças, mas desconhecemos o teor das solicitações e em que estado se encontra o processo. Sabemos que houve reuniões com a entidade bancária credora, com os consultores e administradores liquidatários, com a notária, mas não sabemos qual o resultado destas reuniões.

Gostava ainda de saber se a entidade bancária tem cobrado juros, qual o montante desses juros e porque é que esses valores não estão refletidos na demonstração de contas.

Relativamente às Grandes Opções do Plano há que referir que houve uma redução de um milhão, setecentos e oitenta mil euros, ao já parco investimento previsto de nove milhões, novecentos e dezoito mil euros e que esta redução, de 62,4%, corresponde a reduções nas Funções Sociais, que foram as que registaram a menor taxa de execução anual; uma redução de um milhão, cento e dezanove mil euros, relativamente ao previsto. Ou seja: pagamos mais impostos mas estes não se refletem em mais investimento, descartando-se a Câmara da sua função social, numa altura em que mais precisamos dela.

Relativamente às transferências correntes para as associações desportivas, culturais e sociais, destacamos as quatro que receberam mais de quarenta mil euros em 2015. É o Grupo Desportivo de Chaves, com sessenta mil euros; a Associação Chaves Social, com cinquenta mil euros; a Associação Chaves Viva, com cinquenta mil euros e a Associação a Voz da Juventude, com quarenta e três mil euros. Penso que com tantas associações desportivas, culturais e sociais que existem no concelho, seria conveniente uma distribuição mais equitativa destas transferências. Vamos ficar atentos ao próximo exercício para ver se serão contempladas novas associações.

Quando o Senhor Presidente disse na reunião de Câmara, não compreender a posição do Partido Socialista ao votar contra a Prestação de Contas de 2015, penso que já lhe dei aqui algumas explicações que justificam a nossa posição; como não concordamos com o Orçamento, tem também alguma lógica não concordarmos com a Prestação de Contas”.

Ana Maria Chaves Coelho do PSD – cumprimentou os presentes e disse que estas não serão as contas que todos nós gostaríamos mas que temos de reconhecer e valorizar todo o trabalho e esforço colocados pelo executivo Municipal na sua evolução.

No momento de mais um Balanço de Prestação de Contas do Município de Chaves relativas ao exercício económico de 2015, não podemos dizer que são aquelas que todos nós gostaríamos, mas temos que reconhecer e valorizar.

Na elaboração e conseqüente execução dos Documentos Previsionais, foi manifesta a vontade em assegurar e incrementar a prossecução dos objetivos definidos, indo de encontro à satisfação das necessidades locais, em áreas tão importantes como a Educação, Ação Social, Saúde, Proteção Civil, Atividade Económica em Geral, Habitação, Abastecimento de Água e Saneamento, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, Cultura, Turismo, Atividades Industriais, Transportes e outras, traduzidas quer em atividades de natureza corrente, quer em investimentos constantes no Plano Plurianual.

No decurso do ano económico de 2015, e apesar das restrições financeiras que ainda impendem sobre o município, conseguiu-se paralelamente a uma notável



recuperação financeira, promover o reforço da qualidade nos serviços e novas formas de criação de recursos, sendo que as necessidades primárias e de maior interesse social foram inequivocamente assumidas e asseguradas. Outras atividades de cariz cultural e socioeconómico foram também desenvolvidas, demonstrando o papel dinamizador e impulsionador que a Autarquia exerce e deve continuar a exercer no seio da comunidade local, tentando ir de encontro da satisfação das suas necessidades. Prova disso foi o grau de execução de 83% relativamente às Grandes Opções do Plano previstas, com o maior destaque para as funções sociais e gerais.

Antes de entrar numa análise mais pormenorizada dos números da execução orçamental, merece-nos absoluto destaque, a redução da dívida total do município, na ordem dos 17%, conseguida muito por conta da redução da despesa corrente, e de uma cuidada gestão financeira, por parte do executivo. Este é o caminho a seguir, e não sendo o mais fácil ou *mais* popular, é sem dúvida, aquele por onde devemos prosseguir.

Da análise dos dados contabilísticos e financeiros, enquadrada pelo cenário macroeconómico que o país atravessa, gostaríamos de realçar alguns aspetos:

1. Apesar do cenário de crise não dar tréguas, o Município manteve, à data de 31 de Dezembro, **resultados operacionais, financeiros, correntes e líquidos positivos**.

No cômputo geral destaca-se o resultado líquido alcançado, positivo de 6,84 M€.

2. Do ponto de vista da Execução Global do Orçamento, destaca-se o grau de execução de receita e despesa, respetivamente 88,4% e 87,07%, mantendo a tendência de **evolução positiva já verificada no exercício de 2014**. Verificaram-se quebras de receita e despesa na ordem dos 30%, motivadas pela ausência de novas candidaturas a projetos comunitários para novos investimentos, em virtude da transição de quadro comunitário.

3. Uma análise mais profunda, da estrutura orçamental apresentada, revela uma execução coerente entre a receita e a despesa. As receitas correntes, indicador da autonomia do município, face a recursos alheios, registaram um acréscimo em todas as rubricas face a 2014. Já nas receitas de capital, verifica-se uma redução significativa, em virtude da maior parte dos reembolsos de projetos financiados terem já sido arrecadados em 2014 e porque em 2015 apenas foi executado um empréstimo de curto prazo. Por seu lado, as despesas de capital também registaram uma redução global de 28,5% face a 2014. Dentro das despesas de Capital é de assinalar, o aumento da rubrica “Ativos Financeiros”, motivada pela participação do município no FAM, e o aumento da rubrica “Passivos Financeiros”, resultante da amortização dos empréstimos contratados, incluindo os empréstimos para saneamento financeiro.

4. Apesar da redução registada, em virtude do período de transição de Quadro Comunitário, o município continuou a gerir o encerramento de um número significativo de financiamentos e projetos comunitários em curso. Verificou-se que do cofinanciamento solicitado, ficaram por receber cerca de 1,856 M€ que, não tendo sido concretizados durante o ano de 2015, obrigaram a um maior esforço financeiro e de tesouraria do município, de modo a não comprometer a sua execução. Ainda assim, ficaram por receber saldos finais no montante de cerca de 35.000€.

5. Parece-nos, por fim, muito relevante realçar, o esforço de redução dos pagamentos em atraso, que estão já abaixo dos 90 dias previstos na lei, conseguindo



o Município de Chaves um Prazo Médio de Pagamento de 65 dias, de acordo com o último reporte à DGAL.

6. Se no passado a solução foi recorrer à banca para custear a parte não financiada nas candidaturas aprovadas, agora é tempo de assumirmos os nossos compromissos e equilibrar a balança. Em resumo, desta prestação de contas ressalta à vista o rigor financeiro e a vontade férrea do município, em conseguir melhorar a sua situação financeira no mais curto espaço de tempo possível. Assim, não podemos advogar a necessidade de rigor financeiro na gestão municipal, e simultaneamente criar oposição, criticar ou vetar as medidas necessárias à sua implementação, mesmo que isso resulte na adoção de medidas políticas impopulares.

Citando o cronista António Chagas Dias: **“Pensar que a política se pode sobrepor à economia, em vez de admitir que uma e outra são faces diferentes da mesma coisa, é o mesmo que esperar que o sol nasça a poente, ou que nasçamos velhos e morramos jovens. Não acontece, porque não pode acontecer. A menos, claro, num contexto de completa fantasia ou de criatividade exacerbada. Afinal, por muito trabalho político que se desenvolva, aumentar a despesa e manter o défice sem aumentar a receita é tão fácil como fazer omeletes sem ovos.”**

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – disse que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara se focou, essencialmente, no controle da dívida enquanto a Senhora deputada Ana Coelho falou na obra feita e no investimento.

O governo do PSD submeteu-nos a um programa de austeridade bem mais violento, na proporção, e no fim a dívida é maior. Aqui há uma redução da dívida mas tem uma componente de redução do investimento e uma receita extraordinária que são importantes e isso deve ser assumido.

A Prestação de Contas não pode cingir-se, quase exclusivamente, por parte do Presidente da Câmara à redução da dívida. Temos de verificar se o Concelho está mais deprimido ou está menos deprimido. Se as obras estão a avançar ou se continuamos a adiar as inaugurações daquelas que eram as obras emblemáticas. E se os investimentos anteriores errados, que deram origem a esta dívida toda, estão resolvidos. Parece que não. Pelo menos no que respeita à dívida do MARC. Não chega dizer que se reduziu a dívida. É preciso reconhecer como é que se reduziu a dívida e quais as consequências. Na verdade, a perspetiva de quem visita Chaves e também a de quem cá vive, é que o processo de depressão do Concelho continua a aprofundar-se. É função do Presidente da Câmara equilibrar as contas, com o ónus de que grande parte do seu desequilíbrio vem de gestões do PSD, apesar de também vir de mais atrás, mas gostava que viesse aqui mostrar obra feita.

As estratégias sobre a Plataforma Logística e sobre o MARC foram nacionais, não duvidamos que foram tomadas com boas intenções, algumas de governos do Partido Socialista, mas a verdade é que não resultaram.

Para além de algum orgulho na redução da dívida, tem de haver uma matização de alguma humildade, de perceber que não estamos aqui só para dizer que já devemos menos. Temos de olhar para a obra que está a ser feita.

Na preparação do Orçamento para 2014 tive algumas conversas com a Autarquia e lembro-me de ouvir dizer que tinha linhas estruturantes nas Termas, no Museu das Termas Romanas, na Fundação Nadir Afonso, numa componente grande de turismo



que desenvolvesse a região, que articulasse com uma agroindústria, que andasse à volta da componente turismo. Os atrasos são assustadores. As Termas derraparam, a Fundação/Museu Nadir Afonso não anda.

Até podemos vir a equilibrar ainda mais as contas à custa da subida da receita do IMI, da redução drástica do investimento e à custa de receitas extraordinárias e eu não estou a dizer que uma parte disto não é inevitável mas espero muito mais da Autarquia. Espero ver o entusiasmo do Senhor Presidente da Câmara em projetos para o Concelho que não só a redução da dívida. Reduzir a dívida liberta capacidade no investimento mas temos de sentir que há um projeto.

Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto do **MAI** – cumprimentou os presentes e disse que o que está em causa neste ponto é a aprovação das contas do exercício do ano de 2015.

Não está em causa a discussão do orçamento porque isso foi feito no devido tempo. O que era impensável é que nestes documentos de prestação de contas aparecesse uma despesa de um milhão ou dois milhões de euros para tapar buracos de estradas porque isso não foi previsto no orçamento. Compreendo e entendo que é lógico que o orçamento tenha sido votado num sentido e que as contas sejam votadas noutro.

O que me parece essencial é saber se as contas são verdadeiras ou se estão falseadas e se não transportam um buraco para gerências posteriores.

Estas contas estão elaboradas exaustivamente mas apesar de não as ter analisado ao pormenor, e poder entendê-las melhor, a minha dúvida vai para a provisão, ou não provisão, das faturas que foram devolvidas às Águas de Portugal. Na reunião de 1 de Abril não sei se o Senhor Presidente se estava a referir a todas as faturas ou se apenas às daquele ano; se era em relação a meio milhão de euros, se era em relação a sete milhões. Recordo que foi dito que essas faturas estavam provisionadas e, posteriormente, na certificação legal de contas, verifico que há reservas. Tudo pode correr muito bem, tudo pode correr mais ou menos ou tudo pode correr muito mal e podemos transportar um buraco para anos posteriores, de acordo com a decisão judicial que for tomada e que, provavelmente, já não será no mandato deste executivo. Pretendo um esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara nesse sentido. Saber se estão, ou não provisionadas, as faturas que foram devolvidas para definir sentidos de voto.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse que a prestação de contas constitui o momento de avaliação, por excelência, do grau de execução dos documentos previsionais, Orçamento e Grandes Opções do Plano, mas também o da avaliação da situação económica, financeira e patrimonial do município.

“Antes de qualquer análise, ainda que meramente perfunctória, importa sublinhar que o PS votou contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano, por entender que esses documentos previsionais agravavam o situação de esforço económico, financeiro e fiscal em que os cidadãos e empresas flavienses se encontram, pois previa aumento da receita dos impostos locais, sobretudo do IMI, e da venda de serviços, designadamente de água, saneamento e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, e não respondia à situação de emergência viária em que o concelho se encontra.

Dissemos também, nesse momento, que o orçamento era insensível do ponto de vista social, por não contemplar respostas sociais diretas às pessoas e às famílias, e



não tinha suficiente mérito para promover o desenvolvimento local, ou seja: para fixar pessoas e empresas, estimular a criação de emprego e fomentar a dinamização da economia local.

Dissemos, por último, que o orçamento estava construído com base em dois equívocos ou falsas premissas, um relacionado com a previsão de receita relativa à ocupação do domínio público municipal, solo, subsolo e espaço aéreo, no valor de 3.516.798,88€, e o outro por não acautelar a internalização da dívida de M/L prazo do MARC, em valor situado entre 3 e 3,5 milhões de euros.

A primeira ameaça então identificada veio a materializar-se, pois o valor arrecado com essa taxa municipal, foi de € 117.929,35€ e a segunda, relativa ao MARC, continua a estar envolta em indefinição e incerteza, e a somar juros e encargos. Como se pode concluir a realidade dos factos veio, infelizmente, corroborar o que então afirmávamos, aliás não era preciso ter grande capacidade de previsão para o fazer, bastaria ser medianamente cauteloso.

Neste contexto, as contas não traduzem a realidade da situação económica e financeira do município, pois não contemplam o passivo decorrente do processo de internalização do MARC, que se estima que seja bem superior a 3 milhões de euros, podendo chegar a 3,5 milhões.

A prestação de contas também não reflete, ou pelo menos não torna explícitos, os riscos contingenciais relacionados com o contencioso judicial do qual podem, resultar, no limite, significativas responsabilidades financeiras para o município de Chaves.

Não se deveria escamotear o risco potencial para o município decorrente do contencioso relativo aos vários processos de expropriação do Polis e da Fundação Nadir Afonso e aos créditos reclamados pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro /Águas do Norte, cujo valor global é de muitos milhões de euros, podendo atingir, no limite, mais de 15 milhões de euros.

A cautela aconselharia a proceder a provisões para o efeito, mas como isso seria suscetível de prejudicar o resultado operacional, então faz-se de conta que não há risco nenhum e que todos os processos em curso serão favoráveis, na íntegra, ao município de Chaves.

O Senhor Presidente da Câmara tem resistido a dar informação pormenorizada acerca do montante peticionado em cada ação que corre nos tribunais contra o município, com o intuito, pensamos nós, de evitar que a oposição possa conhecer o montante total em litígio.

Gostaríamos também de saber quais os riscos financeiros decorrentes da decisão de anular o concurso de concessão do parque de estacionamento do Jardim das Freiras e do processo judicial existente com a empresa “O Feliz”.

Uma boa equipa de gestão, sensata e responsável, teria utilizado o mesmo critério para a receita (proveitos) e para a despesa (custos), ou seja: como nenhuma delas se encontra aceite pela contraparte, dever-se-ia registar os créditos como de cobrança duvidosa e relativamente aos débitos fazer provisões.

A motivação para não fazer as provisões adequadas ao risco que existe é tentar demonstrar que no ano de 2015 se conseguiu fazer uma gestão equilibrada e racional.



Não pode ser qualificada de gestão equilibrada e racional a que consome em juros e outros encargos, mais de 2,8 milhões de euros, não se contabilizando aqui os juros com leasings.

De acordo com os documentos de prestação de contas apresentados, a dívida total do município de Chaves a 31.12.2015, é de € **38.597.422,07**, sendo € **8.167.920,75** de curto prazo, e € **30.429.501,32**, de M/L prazos.

A conclusão imediata que um cidadão menos atento poderia extrair é a de que, no ano de 2015, se operou uma redução significativa da dívida total, traduzida em menos € 7.887.667,43, sendo € 2.973.741,61 de M/L prazo e € 4.913.925,88 dívida corrente.

Uma análise perfunctória, pouco atenta e inquiridora quando às razões dessa redução, levar-nos-ia a pensar que a gestão do período em análise era meritória e digna de elogio.

Mas, para sermos justos nessa avaliação, detenhamo-nos, então, sobre as causas principais dessa redução.

Nessa análise temos imediatamente de verificar se houve, em 2015, receitas extraordinárias, que não se repetirão em exercícios futuros.

Como bem se recordarão, em 2015 o município de Chaves vendeu a participação, e respetiva remuneração acionista, nas águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. / Águas de Portugal, por 1.960.282,47€ (deixo aqui uma ressalva pois não pude apurar qual o valor efetivamente recebido) e foi compensada pela concessão de infraestruturas municipais de águas e saneamento, no valor de mais de 1,8 milhões de euros.

O valor inscrito na demonstração de resultados, a título de proveitos extraordinários é, por isso, de € 3.774.393,36.

Devemos fazer agora igual exercício ao nível das receitas ordinárias.

No capítulo das receitas correntes temos a assinalar que, no ano de 2015, o aumento total foi de € 6.063.686,26, o que representa um incremento de 23% relativamente ao anterior.

Os aumentos mais significativos, neste agregado de receita, foram ao nível do IMI que num ano só aumentou € 712.882,96, o que representa uma subida percentual de 20% (passou de € 3.556.186,27 para € 4.269.069,23).

O próprio IMT teve um aumento de mais de 100%, passando de € 425.225,88 para € 880.071,29.

A receita referente à venda de serviços, ou seja fornecimento de água aos consumidores finais, tratamento de efluentes urbanos e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, também aumentou, pois a receita total arrecadada foi de mais € 343.616,99. Isto apesar dos brutais aumentos que se tinham já verificando nos anos anteriores. A receita relativa a saneamento, em 6 anos, quase que triplicou.

Não fosse a incapacidade deste executivo para resolver os problemas de ineficiência dos sistemas, designadamente encetando ações para diminuir significativamente as perdas de águas e evitar a condução de águas pluviais para tratamento da ETAR, há muito que o fornecimento de água e tratamento de efluentes daria lucro e, assim, haveria margem para diminuir os preços aos flavienses. Aliás nem teria havido necessidade de fazer os brutais aumentos dos últimos anos.



Tivesse a gestão municipal cuidado dos sistemas em baixa, recuperando e substituindo as infraestruturas de condução de água, monitorizando e fiscalizando todo o processo, colocando instrumentos que evitassem a entrada de água das chuvas no sistema de esgotos, eliminando, portanto, as verdadeiras causas da insustentabilidade dos sistemas de água e saneamento e hoje esses sistemas seriam um bom negócio, quer para o município, quer para os munícipes.

Não nos esqueçamos também da redução significativa do fornecimento da água em alta e do custo do tratamento dos efluentes urbanos; esse seria mais um argumento para que hoje os sistemas de água e saneamento em baixa fossem lucrativos e estivéssemos em condições de reduzir os preços aos consumidores finais.

Depois deste pequeno aparte, permitam-me que retome a questão da redução da dívida total. Aliás, não será preciso fazer mais nenhuma incursão pelos documentos de despesa para perceber que a explicação para a redução da dívida total foi o aumento das receitas correntes em € 6.063.686,26. Neste capítulo devem referir-se os impostos indiretos, sobretudo do IMI, mais € 712.882,96 IMT, mais € 435.77,15 derrama, mais € 51.086,60. Na venda de bens e serviço foram mais € 343.616,99€.

Se isto tudo for contextualizado pela diminuição avassaladora e preocupante da redução da receita de capital, que num só ano, sofreu um decréscimo de € 19.465.568,00, ou seja menos 75%, pois passou de € 25.952.477,33, para € 6.486.909,33. Naturalmente que temos de assinalar que, no ano transato, os passivos financeiros representaram € 13.78.994,67, o famoso empréstimo do PAEL.

No ano de 2015, não se iniciaram quaisquer obras de relevância, algumas delas vitais para a qualidade de vida dos flavienses, designadamente, apenas para citar algumas, à requalificação da rede viária altamente degradada, a construção de uma nova piscina coberta municipal, um novo pavilhão desportivo e uma estrutura para realizar condignamente iniciativas de promoção de produtos locais e das atividades económicas locais.

De igual forma tarda muito, aliás demais, a sentir-se o efeito positivo na economia local decorrente de investimentos realizados nos últimos anos, só para citar alguns, complexo termal de Vidago, Fundação/Museu Nadir Afonso, Museu das Termas Romanas, Parque Empresarial.

Gostávamos de saber qual a estratégia que existe para a Escola Superior de Enfermagem, pois a relevância para a economia local, apesar de ter vindo a diminuir, é ainda relevante.

Tudo o que assinalamos, e poderia ser muito mais, não fosse a exiguidade do tempo que nos foi atribuído, são motivos de preocupação e de incerteza no futuro.

Temos dúvidas que o Município de Chaves, fruto das erradas e imponderadas decisões estratégicas de alocação dos recursos disponíveis e não disponíveis (elevado endividamento), do passado recente, tenha os meios financeiros necessários para se assumir definitivamente como o principal promotor do desenvolvimento local.

Entendemos nós que não os flavienses não estavam à espera que o aumento do IMI e o aumento da água, saneamento e rsu fosse destinado para pagar dívidas e somente para isso.

Não é esta certamente a boa gestão que os flavienses esperam dos seus eleitos.



Por tudo isso o PS de Chaves tem o dever cívico de reprovar veementemente as contas de 2015”.

O Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Não vou descer ao pormenor de referir os números apresentados porque alguns deles até nem correspondem à verdade a começar pela venda das ações às Águas de Trás-os-Montes que só se materializou em janeiro de 2016, não se refletindo, portanto, nas contas de 2015, em apreciação. Este é apenas um dos exemplos do rigor da análise que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro fez dos documentos. O que se materializou nas contas de 2015 foi o acordo de transação elaborado com a integração das infraestruturas num valor de cerca de quinhentos mil euros e não de um milhão e novecentos mil euros como o Senhor deputado referiu. Também o subsídio concedido à Voz da Juventude, por exemplo, não foi de quarenta e três mil euros como foi afirmado, mas sim de trinta e dois mil euros. Mas esqueceram-se de incorporar na vossa lista de associações, as três corporações de bombeiros a quem atribuímos subsídios no valor de trinta e sete mil e quinhentos euros/cada. O valor do seu aumento de receita de IMI também não coincide com o valor que foi apresentado pela sua colega de bancada, deputada Fátima Correia.

Para uma redução de dívida, superior a sete milhões de euros, é porque houve algum mérito na gestão. Mas não falaremos mais em dívida. Vamos falar em obras e aí incluímos aquelas que foram executadas ou estão em execução neste mandato. Não foi só pagar dívida como foi dito. Em 2015 foi iniciada e concluída a Avenida da República; foi concluído o Balneário de Vidago; o Museu Nadir Afonso; o Museu das Termas Romanas; ficou concluída a requalificação das Termas de Chaves que reabriram ao público em Fevereiro de 2015. Fez-se obra sim e obra para o futuro.

Se a minha prioridade era regularizar a situação financeira da Autarquia no mandato, como podem verificar, consegui fazê-lo em dois anos. Vamos trabalhar para o futuro.

Quanto a pormenores, e análise técnica/administrativa das contas ela será feita com todo o pormenor e rigor pelo Tribunal de Contas. A DGAL já faz esse escrutínio trimestralmente e emite ficha onde diz que a Câmara de Chaves já não tem excesso de dívida e não faz mais retenção de verbas, desde 2015. Tenho comigo todas as fichas enviadas pela DGAL que podem ser consultadas.

Não foi a Câmara que impugnou judicialmente faturas da água. Quem o fez foi a empresa Águas de Trás-os-Montes/Águas do Norte. A Autarquia, seguindo a estratégia aprovada na Assembleia Municipal, sempre que as faturas de saneamento excedem o consumo de água, devolve-as. Isto porque a empresa não quer colocar os carregadores de tempestade para desviar o excesso do caudal sempre que a água tem características que permitam ser descarregadas na linha de água e isso acontece constantemente. A verdade é que à empresa dá jeito a entrada de águas pluviais porque lhes aumenta muito a receita e nós estamos a lutar contra isso.

É incompreensível como uma empresa multimunicipal – estado/autarquias – que foi criada para servir bem os cidadãos, mas que não tem qualquer problema em prejudicar esses mesmos cidadãos, com o seu modus operandi, ao prejudicar as contas das autarquias locais. Se somos um País de bem como é que se compreende que o estado, através da empresa nacional, Águas de Portugal, esteja a tratar tão mal as autarquias locais? Isto não faz qualquer sentido. Acontece o mesmo quando um



país está aflito e vai aos mercados financiar-se em que as taxas de juro que lhe aplicam são as mais altas quando deviam ser as mais baixas. Isto não é racional.

Foi dito que se desconhece como está a situação da internalização do MARC. Eu já expliquei isso. Como é que alguém de bom senso pede à Câmara Municipal para fazer refletir nas suas contas a dívida, se ainda não tem nada a ver com a MARC? A Câmara não é acionista da MARC porque se o fosse, de acordo com a lei das finanças locais, a dívida tinha de refletir na dívida da Autarquia em função da percentagem das ações. Daí a dificuldade na internalização. Na devida altura, quando o Tribunal de Contas visar, teremos de acrescentar à dívida mais três milhões e meio de euros e isso já foi aqui referido por mim várias vezes. É só consultar as atas da Assembleia.

O Senhor deputado Manuel Cunha disse na sua intervenção que eu só falei de dívida. Eu só falei na dívida porque é sobre isso que querem que fale. Mas a situação da dívida está regularizada, já não estamos em excesso de dívida, estamos em cumprimento em que o número médio de dias de pagamento é inferior a 90 dias; estamos com a situação regularizada.

Para o futuro, Senhor deputado Manuel Cunha, temos um conjunto de obras que posso mencionar, nomeadamente: uma candidatura aprovada para investimento em Chaves na área da mobilidade urbana de cinco milhões e duzentos mil euros; para reestruturação de equipamento no Centro Histórico são mais três milhões e novecentos mil euros, de investimento; vamos ampliar o Museu da Região Flaviense; vamos construir um Centro de Convívio, um Centro Ecuménico, entre outros equipamentos e requalificação urbanística; o Balneário de Vidago, uma aspiração de muitos anos da população daquela zona, é uma obra integralmente iniciada e concluída neste mandato, a entrar em funcionamento muito em breve; a requalificação do Balneário de Chaves. O tempo vai dizer-nos quão importante será para Chaves o Museu Nadir Afonso. A título de informação devo dizer que ainda há poucos dias veio um autocarro com estudantes de arquitetura austríacos visitar o edifício e está programada para breve a vinda de um autocarro com estudantes de arquitetura de Sevilha. Naturalmente que quando tiver a obra do Mestre e outras obras (não vai ser exclusivo do Mestre Nadir Afonso) será uma mais-valia importantíssima para a cultura no Concelho de Chaves. Tenho a convicção que assim será. São investimentos estruturantes importantíssimos para o Concelho.

Concordo com a intervenção do Senhor deputado Francisco Preto que vem um pouco de encontro àquilo que eu disse na reunião de câmara. Na reunião de câmara eu disse que não consigo compreender o voto contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, tendo em atenção que estamos em presença de um documento de prestação de contas que titula, na generalidade, o pleno cumprimento do plano orçamental, pré-estabelecido e aprovado pelos órgãos municipais, não tendo desvios significativos. Faria sentido se o documento de prestação de contas tivesse um desvio significativo daquilo que foi aprovado, independentemente de ter sido votado a favor por uns e contra por outros.

O que se avalia é o grau de cumprimento de um plano e de um orçamento e se esse plano e esse orçamento cumprem a lei, não tem desvios, tem uma boa execução orçamental – reduz a dívida - as contas estão bem. As obras executadas não podem ser o que cada um idealiza. Tem de ser aquelas que foram aprovadas e não havendo



desvios, não é entendível porque se vota contra, mesmo em sentido político. Se o governo cumprir a lei do orçamento os partidos que votaram contra tem de avaliar qual é o grau do seu cumprimento. É evidente que se me perguntam se todos os itens foram cumpridos a cem por cento eu digo que não; nuns casos foi a cem por cento e noutros foi menos.

É crime ter arrecadado mais receitas do IMI? Então não era esse o objetivo? Se não fosse esse o objetivo tínhamos passado o imposto para a taxa mínima. Necessitamos de arrecadar um pouco mais de receita para poder fazer face a este período algo complicado.

Nunca foram prestadas tantas ajudas às famílias como no ano de 2015, diretamente ao arrendamento. Houve muitas situações de desemprego em que a renda de casa pesava muito no orçamento da família e a Câmara suportou esse encargo durante o tempo que foi necessário, num valor bastante considerável. No ano em curso, infelizmente também já aprovamos bastantes apoios dessa natureza conforme podem verificar nas atas da reunião de câmara. Quase não há nenhuma reunião de câmara em que não vão pedidos dessa natureza. Tem havido essa preocupação.

Na informação municipal, até este mandato, nunca tinha sido entregue aos membros da Assembleia Municipal a relação dos processos em Tribunal e agora é feito.

O processo relativo ao Parque de Estacionamento das Freiras encontra-se a seguir os seus termos no Tribunal Administrativo de Mirandela. A Câmara Municipal foi condenada a revogar o despacho do Presidente da Câmara, de anular a licença de concessão. A Autarquia recorreu e ainda não há resultado do recurso. Se no limite o Tribunal condenar a Câmara a revogar o despacho de anulação da concessão do Parque de Estacionamento podem acontecer duas situações. A Câmara Municipal revoga o direito definitivamente e a empresa entrará com um processo cível para ser indemnizada por perdas de rendimento ou dirá à empresa faça o Parque.

Não há qualquer valor de indemnização em cima da mesa. Se em última instância o Tribunal conceder o direito à empresa, de construir o Parque, então que o construa. Aqui importa dizer que o processo foi um pouco mal conduzido desde início porque a Câmara deu de imediato a gestão da superfície e a empresa andou a “empatar” a construção do parque. Não foi errado a decisão de construção. O que foi errado, em meu entender, foi a simultaneidade de gerir tudo. Não foi apenas vontade política de não querer o parque no Largo das Freiras, tanto mais que se chegou a assinar um acordo para o transferir para a Lapa; foi mais pelo contínuo “empatar” da empresa.

Gerir o estacionamento à superfície seria bom negócio, até porque o investimento estava feito, os parcometros já existiam e a Autarquia tinha a previsão de alargar a todo o Centro Histórico e entregaria à EMPARQUE a sua gestão integral. O estacionamento pago gera uma receita de cerca de cento e cinquenta mil euros/ano e se se incluísse também o Centro Histórico daria um pouco mais. Entendo que Câmara devia ter feito um acordo diferente. Uma vez construído o parque subterrâneo, para compensar a empresa do possível fraco rendimento que pudesse gerar, concedia-lhe a gestão do estacionamento subterrâneo e de superfície em simultâneo.

Se a empresa ganhar o processo judicial, no Supremo, o que lhe será dito pela Autarquia é que construa o Parque mas que só lhe será concedida a gestão do estacionamento à superfície quando o parque subterrâneo estiver concluído.



Como vêm respondemos a tudo; não se esconde absolutamente nada e esse “agradado” que foi proferido fica registado.

No ano de 2015 não fizemos provisões em relação às faturas devolvidas e fizemos mal. Em 2016, sempre que são devolvidas faturas fazem-se as respetivas provisões. Se a decisão do Tribunal não nos for favorável teremos a receita para pagar o valor dessas faturas. De referir que do valor em dívida, a esmagadora maioria, refere-se a faturas devolvidas no mandato anterior a este. Entretanto, as receitas que fomos arrecadando, quer com o contrato de integração das infraestruturas (que estão sob a gestão da Empresa Águas do Norte mas que não deixaram de ser nossas), quer da venda das ações, servirão, exclusivamente, para abater à dívida de faturas devolvidas.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que o Senhor Presidente fez algumas correções a números que foram ditos em intervenções anteriores e que, possivelmente, não estão bem feitas.

Num documento que se chama transferências correntes/despesa, na sua página um, tem identificadas transferências para a Associação Juvenil de Desenvolvimento Social a Voz de Chaves no valor de quarenta e três mil euros.

Sobre a venda das ações a receita está identificada num documento que vai ser enviado para o Tribunal de Contas. A verdade é que mesmo que o valor dessa venda tenha sido recebido em 2016, como o contrato é de 2015, tem de reconhecer o proveito nesse mesmo ano de 2015 e foi feito conforme anexo III da Resolução nº 26/2013 do Tribunal de Contas que diz: mapa de alienação da totalidade ou parte de capital social de empresas locais e de outras sociedades comerciais, Águas do Norte - um milhão, cento e sessenta e seis mil euros. Se calhar era melhor ler bem os documentos e depois fazer as afirmações. Nós lemos os documentos.

Na minha intervenção anterior disse que fazia a ressalva de não saber, efetivamente, se a receita tinha sido arrecadada este ano. As considerações que foram feitas têm tradução nos documentos.

Parece-me estranho que quem não concorda com a estratégia e com as opções do plano e do orçamento, depois vote a prestação de contas favoravelmente. Quando votamos contra não é porque achamos que as contas são falsas/ilegais ou traduzem situações de ilícito. Votamos contra porque a estratégia que está materializada nelas está em desacordo com aquilo que nós pensamos e defendemos aquando da votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento. A prestação de contas reflete a execução das opções feitas aquando da elaboração do orçamento e uma coisa não pode ser desligada da outra. É importante que se percebam as razões porque votamos contra a prestação de contas.

Também é preciso perceber qual é o nível da diminuição da despesa de capital; que investimento foi realmente feito em 2015. Não se conseguem identificar novos projetos de relevância em 2015. O Senhor Presidente referiu alguns mas a maioria são a conclusão de projetos que vêm de trás. Se do ponto de vista financeiro, houve esta recuperação, temos de perceber as causas pelas quais isso aconteceu.

Nós não queremos quanto pior melhor. Nós queremos que todas as situações que tem a ver com os riscos que estão identificados seja de contencioso, seja de outra natureza, não venham a acontecer e o Senhor Presidente tem o dever de assinalar no relatório os riscos. Por isso é que existe em contabilidade a rubrica “riscos



contingenciais” que são os riscos que não estão materializados mas que podem acontecer e, eventualmente comprometer materialmente, a saúde financeira do município.

Relativamente ao Parque de Estacionamento das Freias, ficamos satisfeitos com a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara porque se, efetivamente, o Município de Chaves não vai ser chamado a nenhuma responsabilidade financeira, isso para nós é uma grande tranquilidade.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

É fácil a qualquer um de vós agarrar num mapa qualquer, de entre os inúmeros documentos que constituem o dossiê “Prestação de Contas” e questionar o Presidente da Câmara sobre um quadro qualquer. Mas é difícil ao Presidente da Câmara, qualquer que ele seja, responder. Qualquer que ele seja porque se alguém me disser que há um Presidente de Câmara no país, que consegue perceber tudo o que consta dos mapas, nas diferentes áreas, seja social, desportiva, cultural, financeira, de execução de obras etc. etc. eu não acredito. Eu em particular não percebo nada de contabilidade. Não sei tudo de tudo. A minha função é de coordenação política do executivo municipal. Por isso é que a Câmara dispõe de um conjunto valioso de técnicos em todas as áreas

Relativamente à venda das ações à empresa Águas do Norte, tive a preocupação de ligar à Diretora Financeira da Autarquia que me informou que na conta 41 está inscrito o abate ao património mas não a entrada de receita. Uma vez que a Câmara decidiu vender e a Assembleia Municipal aprovou essa alienação, as contas refletem o abate ao património, mas não foi materializada com a entrada de receita porque o contrato só foi assinado em 2016 e, conseqüentemente, a entrada do dinheiro também só aconteceu em 2016.

O Senhor deputado Nuno Vaz sabe perfeitamente, que quando a Câmara Municipal delibera atribuir um subsídio a uma entidade, lhe comunica e se até ao final do ano não o pagar, na contabilidade dessa entidade é inscrita a verba como receita. Efetivamente não entrou mas ao ter conhecimento da atribuição, a entidade a quem o subsídio é destinado, inscreve o valor como receita e transita como um crédito para a gerência seguinte. Para a Autarquia transita como dívida.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse que a questão não é sabermos pouco ou sabermos muito. Cada um sabe o que sabe e que isso não é muito importante.

“Na missão em que aqui estamos, o Senhor como Presidente da Câmara e eu como líder de bancada municipal, temos obrigação de debater as questões que são suscitadas à apreciação e discussão desta Assembleia e se estamos a debater contas, é de contas que temos de falar. Estamos a falar de dimensões económicas, financeiras e patrimoniais, naturalmente com uma valoração política. Não estamos aqui nem como revisores nem como auditores, nem como contabilistas nem como diretores financeiros. A nossa perspetiva aqui é valorizar, ou não, determinados indicadores e determinados factos que têm uma dimensão financeira e é isso que viemos fazer aqui. O que me parece censurável é que o Senhor Presidente acuse logo, sem ter a certeza.

O que é importante que se perceba é que a contabilidade tem muitas dimensões; tem a dimensão orçamental, patrimonial e analítica e isto confunde as pessoas porque se fala de custos, de proveitos, de receitas e são conceitos todos muito diferentes, que



baralham as pessoas. Se calhar era importante atermo-nos aos conceitos para que estas questões não aconteçam e daí, Senhor Presidente, pode acreditar que a venda das ações está registada como proveitos, na conta respetiva”.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 47 votos a favor, 6 abstenções (5 do MAI e uma do CDS) e 15 votos contra (13 do PS e 2 da CDU).

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto: “O nosso voto é contra, em coerência com o que tínhamos expressado aquando da apreciação e votação do Plano e Orçamento, porque entendemos, à data, que a estratégia seguida e as opções feitas, não eram amigáveis para os cidadãos, porque constituíam uma agressão fiscal, quer por via dos aumentos dos impostos, sobretudo do IMT, mas também no que diz respeito aos serviços de fornecimento de água e saneamento e tratamento de efluentes urbanos;

O voto é desfavorável porque entendermos também, que esta Prestação de Contas não faz as valorações necessárias no que diz respeito à área social, porque manifesta insensibilidade social, traduzida em insuficientes apoios diretos às famílias e aos cidadãos, que superaram os nove mil euros;

É contra porque entendíamos que a estratégia prosseguida nas opções do plano e materializada no orçamento, não era adequada para promover o desenvolvimento local e para afirmar o concelho de Chaves.

Todas essas preocupações, então manifestadas, foram infelizmente traduzidas naquilo que são os documentos de Prestação de Contas. A redução da dívida total foi conseguida sobretudo pelo aumento dos impostos locais, na dimensão do IMI, pelo aumento da receita relativamente à venda de serviços relacionados com a água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e também pelas receitas extraordinárias que serão, em princípio, irrepetíveis.

Por último, este orçamento traduz a falta de investimento que aconteceu no ano de 2015 em áreas essenciais, como são os arruamentos. Por tudo isto entendemos que devemos, em consciência, votar contra”.

O Senhor Presidente da Mesa pediu à Assembleia autorização para continuar os trabalhos uma vez que já foram ultrapassadas as seis horas regulamentares. A Assembleia aceitou.

PONTO 9 – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 27/GAP/2016;

Intervenções:

Presidente da União de Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, Rui Manuel Branco Rodrigues – cumprimentou os presentes e disse que este ponto se refere à celebração de um protocolo com a Câmara Municipal para pagamento das obras que foram feitas no edifício onde está instalada a sede da Associação de Freguesias.

Como todos sabem o Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias já existe há alguns anos e nessa altura foi uma iniciativa pioneira do Município de Chaves e que dá um apoio fundamental às freguesias do concelho.

Este Gabinete estava num espaço exíguo, sem a dimensão necessária para desenvolver o trabalho que tem sido feito e por essa razão foi deslocado para o Edifício Maria Rita. Antes, porém, foi necessário fazer uma intervenção no referido edifício que já há algum tempo estava a necessitar de obras de requalificação. Foi



feita uma intervenção de fundo, com colocação de soalhos, substituição de caixilharia, substituição de sanitários, instalação elétrica, pintura, ar condicionado etc. As obras feitas atribuíram uma maior dignidade ao espaço e, conseqüentemente, aos trabalhadores que diariamente ali exercem as suas funções desenvolvendo um trabalho que é de louvar, a favor das freguesias do Concelho.

A Associação de Freguesias foi criada em Abril de 2014 e desde aí para cá, em coordenação com o Gabinete de Apoio Técnico, tem desempenhado um papel importante no apoio e ajuda aos Presidentes de Junta. No início esta tarefa foi difícil mas neste momento sentimos que já estamos a prestar um bom apoio às nossas freguesias.

Implementamos o programa de ginástica sénior, que está a ser um sucesso e nesta data já vamos a vinte e três localidades do concelho; adquirimos uma carrinha e temos uma profissional que se desloca a essas localidades.

Como sabem a nova lei definia que os sistemas de gestão de água seriam da responsabilidade das Câmaras Municipais, mas a Entidade Reguladora entendeu permitir que essa gestão pudesse continuar na esfera de competências das Juntas de Freguesia desde que cumprissem integralmente todas as normativas legais.

Nessa altura a Associação de Freguesias teve um papel importante na negociação de um programa informático para fazer essa gestão, incluindo a emissão da faturação conforme a lei determina. Negociamos com a empresa a possibilidade de pagar as faturas através de multibanco, negociamos os débitos diretos, negociamos com os CTT o envio da faturação para todos os consumidores.

Quando a Administração da Associação vai negociar seja o que for, o objetivo é conseguir escala e exemplo disso é o concurso que fizemos no final do ano passado, para tratamento da água e limpeza e desinfeção dos respetivos depósitos. Por via desse procedimento deixamos de pagar 70€ por cada sistema e por mês, para passar a pagar 40€/sistema/mês, com a mesma garantia de qualidade, porque para nós é muito importante fornecer água com qualidade às nossas populações.

Através de um Programa Ocupacional, pedimos a Eng.^a Lígia Silva ao Centro de Emprego que está a desenvolver um trabalho exemplar, nomeadamente ao nível de resposta ao ERSAR que cada vez é mais exigente no que respeita à gestão da água de consumo domiciliário, gerindo não só os cumprimentos mas também os incumprimentos.

Fazemos atendimento na sede da Associação a quem precisar e desejar.

Estamos a trabalhar no sentido de promover a formação das nossas juntas. O novo Quadro Comunitário "Portugal 2020", a nível de formação financiada não traz novidades mas vamos estar atentos para poder levar formação financiada aos nossos cidadãos. Estamos a promover cursos de formação para aplicação de produtos fitofarmacêuticos que a nova legislação impõe. Ao nível das Juntas de Freguesia temos a aplicação em espaços públicos e para essa situação é necessário haver uma pessoa habilitada com formação para isso; a Eng.^a Lígia tem formação nessa área, certificada pela Direção Geral de Agricultura e Veterinária do Norte e isso permite-nos tratar a questão da aplicação dos ervicidas, desde que a junta tenha uma pessoa com a carta de aplicador.

Temos vindo a promover o rastreio oral em muitas freguesias e fá-lo-emos em todas aquelas que pedirem esse apoio, com um médico especialista.



Estabelecemos um pré-acordo com a Chaves Social no sentido de implementar, em conjunto com a ARS, uma unidade móvel de saúde que permita chegar às localidades mais afastadas. Estamos à espera da aprovação e esperamos que dentro em breve possamos levar esse serviço às nossas populações.

Criamos um site da Associação «AFCC online.pt» que já tem muita informação importante, nomeadamente minutas de documentos da competência das Juntas; tem ainda uma área reservada aos Presidentes de Junta com acesso à legislação e respetivas alterações, ao minuto.

A criação da Associação tinha como grande objetivo a candidatura a fundos comunitários. Até ao momento na única vertente onde foi possível fazer candidaturas é na área de agricultura. O Quadro Comunitário 2020 está mais direcionado para a internalização, para o apoio ao comércio à indústria e implica que, por cada euro que possamos investir nas nossas freguesias, tenhamos de dispor de dois euros de caráter privado.

Vamos continuar a trabalhar para continuar a melhorar a qualidade de vida das populações das nossas freguesias e acima de tudo ajudar os Presidentes de Junta a ultrapassar dificuldades.

No Ponto seguinte vamos aprovar protocolos de apoio para investimento nas freguesias. São valores ainda curtos para as necessidades, mas certamente que no futuro serão de valor superior.

Anselmo José Martins do PS – Disse congratular-se pelo trabalho que tem sido desenvolvido pela Associação e que os comentários que pretende fazer tem a ver com a génese da mesma e ainda com a concessão deste subsídio.

“Como sabem eu fui talvez dos primeiros autarcas do Concelho de Chaves que fez parte da Associação Nacional de Freguesias e tive o prazer de ser membro do Concelho Geral da ANAFRE, durante oito anos.

Fiquei sempre com a sensação que a criação desta Associação de Freguesias no Concelho foi um pouco contra natura e contra natura porquê? Porque ela em vez de nascer de dentro para fora nasceu de fora para dentro. Tenho a ideia de que foi mais um projeto da Câmara do que uma necessidade sentida pelas freguesias. Isto porque, no seu primeiro ano de exercício, e não sei se também acontecerá nos seguintes, a Câmara garantiu o pagamento da quota das freguesias associadas. Depois também é um pouco contra natura porque normalmente as pessoas/instituições associam-se para ter um caráter reivindicativo em relação a outras instituições e, que eu saiba, a entidade a quem as freguesias mais reivindicam, é a Câmara Municipal. A Associação está criada, desenvolve trabalho meritório, conforme foi explanado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago.

A transferência de cerca de sessenta mil euros para a Associação parece-me um pouco estranha. A Câmara fornece as instalações, que é seu dever, fornece água e luz. Entretanto a associação entendeu que as condições não eram as melhores e decidiu fazer obras. Uma vez que o edifício é propriedade da Câmara, e necessitava de obras, entendo que devia ser a Câmara a fazê-las e entregar o espaço com a dignidade que merece. Por essa razão a bancada do Partido Socialista vai abster-se na votação desta proposta porque não concordamos com este processo. A não ser que este dinheiro tenha outras finalidades e se isso for eu, pessoalmente, votarei favoravelmente a proposta. Caso contrário abstenho-me”.



O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

A finalidade é, rigorosamente, a que está expressa na proposta e nem poderia ser de outra forma.

O ponto seguinte traduz uma série de transferências para as freguesias, precisamente para que estas possam fazer obras, algumas das quais são da competência da Câmara Municipal; as ruas/caminhos/estradas são património municipal e as freguesias ao procederem à sua beneficiação estão a enriquecer o património municipal. Neste caso concreto acontece o mesmo; a Autarquia passa o edifício para a gestão da Associação, mas sendo sua propriedade está a enriquecer o seu património.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 45 votos a favor, 14 abstenções (5 do MAI e uma do CDS) e zero votos contra.

PONTO 10 – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO A JUNATS DE FREGUESIA, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE IMPORTÂNCIA LOCAL; - APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA Nº 29/GAP/2016;

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 11 – PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 25/GAP/2016;

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 12 – PEDIDO DE CEDÊNCIA, A TÍTULO DEFINITIVO, DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE PARADELA DE MONFORTE. – PETICIONÁRIA: JUNTA DE FREGUESIA DE PARADELA DE MONFORTE. PROPOSTA Nº 30/GAP/2016;

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 13 – CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI AO ABRIGO DO ARTº 71º DO EBF. REQUERENTE: VALDEMAR ANTÓNIO VIDEIRA. LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA Nº 133 – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 234/09 – REQUERIMENTO Nº 207/2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 38/DSCH/2016;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que à semelhança do que tem acontecido em sessões anteriores, estes pedidos de isenção serão recorrentes dado que, de acordo com o Regulamento aprovado, quem fizer obras de recuperação de edifícios inseridos no Centro Histórico, tem isenção de IMI. Essa aprovação carece de aprovação por parte da Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor.



Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 14 - CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI AO ABRIGO DO ARTº 71º DO EBF. REQUERENTE: ALBINO FONTOURA DA CUNHA. LOCALIZAÇÃO: RUA DE SANTO ANTÓNIO Nº 20, 22 E 24 – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 200/14 – REQUERIMENTO Nº 1686/2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 39/DSCH/2016;

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 15 - CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DO IMI AO ABRIGO DO ARTº 71º DO EBF. REQUERENTE: JOÃO CHAVES BRANCO. LOCALIZAÇÃO: RUA DO SABUGUEIRO Nº 17 – UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES PROCESSO Nº 55/15 – REQUERIMENTO Nº 239/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 40/DSCH/2016;

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 16 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ DE CHAVES. ANO DE 2015;

A Senhora deputada Marcia de Jesus Teixeira, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves fez a apresentação do Relatório.

O Relatório de atividades da CPCJ, relativo a 2015, foi distribuído a todos os grupos e não vou referir-me ao volume processual nem à equipa técnica. Vou apenas dizer-vos que a CPCJ tem um trabalho cada vez mais difícil, muito pouco conhecido. Ainda bem que não somos falados nos meios de comunicação social, como são outras Comissões pelo país fora, porque isso significa que fazemos um bom trabalho ao nível da proteção das nossas crianças e dos nossos jovens.

Mais do que vir aqui explicar seja o que for, estou à vossa disposição para responder às vossas questões/dúvidas e todas as situações que achem pertinentes e que estejam na minha esfera de atuação.

Aproveito e lanço um convite aos membros desta Assembleia, para no dia 29 de Abril, às 15,00 h, estarem connosco na Biblioteca Municipal de Chaves, onde poderão apreciar uma exposição feita com trabalhos dos três agrupamentos, relativa ao mês da prevenção dos maus tratos na infância e juventude.

Deputado Manuel Justino Matos Cunha da CDU – usou da palavra para dizer que não concorda que a apresentação do Relatório da CPCJ tenha sido agendada para o último ponto da ordem de trabalhos e que espera que isso nunca mais se repita.

Acho uma falta de respeito pela importância da CPCJ e a Mesa da Assembleia tem de alterar esta situação. Não importa dizer que as crianças maltratadas são muito importantes e falhamos ao colocar como último ponto a discussão do assunto. Todos nós chegamos ao final das sessões da Assembleia cansados/stressados. Deve ficar registado para o futuro o bem senso e o respeito pelas crianças. A Senhora deputado Márcia salientou que o trabalho da Comissão é cada vez maior; a tragédia social é



cada vez maior mas parece que para esta Assembleia Municipal este é um assunto menor. Eu sei que foi sem qualquer intenção, mas que esta chamada de atenção seja para que numa próxima vez esse assunto seja colocado no início da agenda, de modo a permitir que possamos conversar sobre a questão. Como a Senhora deputada disse e muito bem, a CPCJ de Chaves nunca foi notícia de jornais o que significa que o trabalho desenvolvido tem sido o adequado.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para dizer:

“O Senhor deputado Manuel Justino não pode deduzir daí que houve qualquer intenção de menosprezar o assunto ou de lhe tirar qualquer valor porque isso não está nas intenções de quem elaborou a ordem de trabalhos”.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos termos do disposto no artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata.

O Senhor Presidente da Mesa depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às 20.45 horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____